

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 1º-12-2021.

---

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Claudio Janta, Fran Rodrigues, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 543/21 (Processo nº 1216/21), de autoria de Alberto Terres; o Projeto de Lei do Legislativo nº 542/21 (Processo nº 1214/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 446/21 (Processo nº 1047/21), de autoria de Pablo Melo. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 3020, 3096, 3097, 3134, 3135, 3151 e 3152/21, do Prefeito, encaminhado, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 049, 051, 052, 053 e 054/21 e os Projeto de Lei Complementar do Executivo nºs 033 e 034/21 (Processos nºs 1251, 1270, 1271, 1277, 1278, 1279 e 1280/21, respectivamente). Foi aprovado requerimento de autoria de Matheus Gomes, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia primeiro ao dia três de dezembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, informando-a que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foi apregoadada declaração firmada por Roberto Robaina, informando o impedimento de Prof. Alex Fraga em exercer a vereança do dia primeiro ao dia três de dezembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas e Aldacir Oliboni. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projeto de Lei Complementar do Executivo nºs 030 e 031/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 077, 172, 302, 363, 370, 412, 500 e 533/21, o Projeto de Lei do Executivo nº 048/21 e os Projetos de Resolução nºs 042, 061 e 067/21; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 532/21. Na ocasião, Leonel Radde pronunciou-se em Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mônica Leal e Cláudia Araújo. Na oportunidade, foi apregoadado o Processo SEI nº 216.00162/2021-37, de autoria de Laura Sito, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, do dia vinte e nove de novembro ao dia três de dezembro do corrente, no *Foro Internacional por la Erradicación de la Violencia Política Contra las Mujeres*, em Quito, Equador. Às

quinze horas e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 028/21 (Processo nº 0890/21), por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e OITO VOTOS NÃO, após ser discutido por Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Idenir Cecchim, Leonel Radde, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, José Freitas, Lourdes Sprenger, Bruna Rodrigues, Jonas Reis e Daiana Santos e encaminhado à votação por Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Karen Santos, Felipe Camozzato, Claudio Janta e Comandante Nádia, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Karen Santos, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 002/21 (Processo nº 0028/21), por VINTE E DOIS VOTOS SIM e ONZE VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Fran Rodrigues, Karen Santos, Bruna Rodrigues, Leonel Radde, Alexandre Bobadra e Comandante Nádia, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Ramiro Rosário, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 043/21 (Processo nº 0150/21). Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 027/21 (Processo nº 0880/21), por TRINTA VOTOS SIM, UM VOTO NÃO e UMA ABSTENÇÃO, após ser discutido por Idenir Cecchim e Fernanda Barth, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, votado não Fran Rodrigues e optado pela abstenção Jonas Reis. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 286/21 (Processo nº 0702/21), por VINTE E DOIS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser discutido por Jonas Reis e encaminhado à votação por Mari Pimentel, Jonas Reis, Daiana Santos, Cassiá Carpes, Karen Santos, Jonas Reis e Moisés Barboza, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger,

Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário e votado não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foram apregoadas as Emendas nº 07 e 08, assinadas por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 (Processo nº 0223/21). Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/21 (Processo nº 0574/21), e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Claudio Janta, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/15 (Processo nº 0248/15), e foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/15 (Processo nº 0248/15), após ser discutido por Ramiro Rosário, Claudio Janta e Cláudia Araújo. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/15, por CINCO VOTOS SIM e VINTE E QUATRO VOTOS NÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues e Leonel Radde e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/15, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e SEIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, José Freitas, Karen Santos e Ramiro Rosário. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 009/15, por DEZESSETE VOTOS SIM e QUATORZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Às dezoito horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Alexandre Bobadra, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Claudio Janta

e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito boa tarde a todos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, uma saudação especial ao secretário Mário Ikeda, saudar também o Cel. Bortoluzzi; sejam bem-vindos.

De imediato, convido nosso diretor Luiz Afonso a proceder com a chamada nominal para que possamos iniciar os trabalhos da sessão desta tarde.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Através do Memorando nº 069/21, o Ver. Matheus Gomes solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 01 a 03 de dezembro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratamento de Interesses Particulares do Ver. Matheus Gomes, no período de 01 a 03 de dezembro de 2021, declaro empossada a Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues, em razão da impossibilidade de o suplente Prof. Alex Fraga assumir a vereança, no período acima, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da assistência, cumprimento o Ver. Terres, bem como as nossas amigas e amigos do Juntos, é uma tê-los aqui na posse, novamente, da Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues, a quem dou as boas-vindas. O que me traz à tribuna, Presidente, é o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, que ocorreu no dia 29 de novembro, anteontem. Esta é a carta oficial Federação Árabe Palestina do Brasil – Fepal (Lê.):

"Novamente, a Comunidade Internacional, a ONU, os povos, nações e países, governos e parlamentos, a sociedade civil e suas organizações se mobilizam em solidariedade ao povo palestino, para que este tenha o que todos os demais povos têm: um estado soberano, no qual sua população viva em paz e segura, sem ocupantes estrangeiros, sem apartheid, sem massacres, sem cercos, sem destruições, sem prisões e

torturas, sem as expulsões e confiscos de sua terra, que cristalizam um processo de limpeza étnica implacável, desumano e jamais conhecido na história humana. O que se dá na Palestina é tão grave, uma experiência racista tão preocupante, inclusive como precedente histórico e legal, que levou a ONU a declarar um dia especial para a solidariedade ao povo palestino, o dia 29 de novembro, por meio da Resolução 32/40-B, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1977. Esta data foi escolhida porque, 30 anos antes, na mesma data, a mesma ONU aprovou a Resolução 181, recomendando partilhar a Palestina histórica, em que viviam harmonicamente há milênios palestinos de fés cristã, muçulmana e judaica, criando em seu lugar dois novos estados: um, em apenas 42,9% do território, para o povo palestino originário, 1,4 milhão de pessoas, ao menos 2/3 da população, e outro, com 56,5% do território, para apenas 700 mil pessoas, as professantes do judaísmo e apenas 1/3 da população, ou menos, a maioria estrangeira, recém-chegada à Palestina. E 0,6% seria Jerusalém, uma área internacional administrada pela ONU. O movimento sionista, surgido na Europa no século anterior para a criação de um estado exclusivamente judeu em qualquer parte do mundo, mas que em 1897 escolhe a Palestina para esta experiência, não gostou, pois queria toda a Palestina, conforme interpretava fosse a promessa britânica de um “lar nacional judeu”, contida na Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917. Descontentes com o arranjo da ONU, os sionistas, já fortemente armados, deram início aos ataques às populações palestinas, desarmadas e desprevenidas do que poderia vir, para aterrorizá-las e levá-las ao êxodo, destacando-se os promovidos contra Lifta e Deir Yassin, a noroeste e oeste de Jerusalém respectivamente. Lifta teve sua população expulsa em 28 de dezembro de 1947, um mês após a aprovação da Resolução 181, quando terroristas do grupo Haganah invadiram a cidade, mataram um comerciante e outros seis moradores num café. Houve também sete feridos. Já Deir Yassin foi invadida e limpada etnicamente, a 9 de abril de 1948, pelos grupos Irgun, Lehi, Haganah e Stern, terroristas para os ingleses, que depois formaram o exército israelense. Perto de 300 moradores foram assassinados, quase todos mulheres, crianças e idosos. Este foi o teste do modelo que viria a ser aplicado em larga escala após 14 de maio de 1948, quando os sionistas se autoproclamam estado e declararam-se Israel, à margem da ONU, que havia suspenso a aplicação da Resolução 181 devido aos massacres de que havia sido informada. No estalar de 15 de maio é dado início à limpeza étnica da Palestina: 774 cidades e povoados palestinos ocupados, dos quais 531 totalmente destruídos; 70 massacres cometidos, com mais de 15 mil mortos, incontáveis feridos e mutilados e dois terços da população originária, a palestina, expulsa pelos estrangeiros recém-chegados. Considerados os 76% da Palestina tomados a força neste processo, são levados a êxodo desta porção territorial, de acordo com dados da ONU, 725 mil dos 900 mil palestinos que viviam no que passa a ser Israel. Ou seja: 81% de toda a população palestina é morta ou expulsa para nascer, pela violência, [o Estado de] Israel. De lá para cá o sofrimento do povo palestino não cessou. Atualmente, contra as resoluções da ONU e o Direito Internacional, especialmente o humanitário, as forças de ocupação acentuaram o confisco de terras, as restrições aos agricultores palestinos, prendem cada vez mais palestinos que lutam pela

autodeterminação, cercam as cidades palestinas, com destaque para a região de Gaza, e incrementam o processo de limpeza étnica, combinado com um regime de segregação racial, designado como de apartheid pelas mais importantes organizações de direitos humanos do mundo e investigado pelo Tribunal Penal Internacional como crime israelense de lesa-humanidade. Em vista disso, e porque foi a partir de uma ação da própria ONU que a catástrofe palestina teve início, é que ganha importância a solidariedade internacional para com o povo palestino. Esta solidariedade precisa crescer ao ponto de levar Israel a aceitar o direito à autodeterminação da Palestina e ao cumprimento das resoluções da ONU para a Questão Palestina. Se a solidariedade internacional levou ao fim do regime de apartheid na África do Sul, assim como do colonialismo, a mesma levará paz à Palestina e ao fim do sofrimento de seu povo. Por fim, esta Federação agradece ao povo brasileiro e a suas autoridades pela solidariedade prestado ao povo palestino. Uma Palestina livre fará o mundo melhor para todos os povos e nações. Palestina Livre a partir do Brasil, 29 de novembro de 2021, 74º ano da Nakba.”

Eu agradeço pelo tempo; nós lutamos pelo estado soberano da Palestina para que conviva em paz o Estado de Israel. Sei que essa comunidade está representada muito bem aqui, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal – temos nossas divergências, temos as convergências, mas temos, acima de tudo, a convicção de que uma Palestina livre é imprescindível para humanidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Utilizo o período de Liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome da Ver.<sup>a</sup> Laura, do Ver. Jonas, do Ver. Leonel, para também dar a nossa solidariedade nesse Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, como também aos familiares das vítimas da boate Kiss, em Santa Maria, pois hoje inicia o julgamento, esperando que justiça seja feita - justiça seja feita. Estivemos, hoje pela manhã, reunidos com o secretário municipal de Saúde, esteve lá o companheiro Terres que está aqui conosco, suplente de vereador, muitos trabalhadores do PACS da Cruzeiro, comunidade uma forma geral, vereadores e vereadoras, para discutir, com o secretário, uma saída, nobre líder do governo, Idenir Cecchim, sobre o PACS, o PA da Cruzeiro. O PA da Cruzeiro é uma referência regional, mas que, infelizmente, foi esquecido pelo governo – foi esquecido pelo governo! Não é só a questão da Emergência, não é só a questão da Saúde Mental, mas é a questão de toda a infraestrutura de poder ter a compreensão, como gestor, de entender que as pessoas vão lá para buscar uma solução para sua doença, enfermidade que acontece no seu dia a dia. Infelizmente, faltam mais de 70 servidores. Nós aprovamos, aqui nesta Casa, um projeto

de lei que autoriza o governo municipal a chamar os concursados nesse período de pandemia, já feito aqui, referenciado. Infelizmente, a PGM deu parecer contrário. E a secretaria decide que vai fazer um contrato temporário para “n” funções, até que saia um decreto do governo municipal para buscar a solução de fazer concurso público ou chamar os aprovados em concursos já realizados – inúmeros cidadãos e cidadãs passaram no concurso mas ainda não foram chamados. Vejam só tamanha polêmica! Por isso nós fazemos aqui, reproduzimos novamente, o nosso apelo ao governo para que observe melhor os prontos atendimentos, os PAs, Atenção Básica, o serviço público em sim, porque, ao terceirizar alguns serviços, esqueceram da fiscalização que o próprio poder público deve fazer, quando o serviço é terceirizado, bem como o próprio serviço público, quando é função do gestor fazer, como é caso HPS, do HPV, dos prontos atendimentos, e assim por diante. Ontem mesmo tivemos também, Ver. Ruas, uma reunião sobre a discussão dos PAs terceirizados, Lomba do Pinheiro e Bom Jesus; percebemos a total discrepância do que foi dito no edital de licitação, quando o governo anterior soltou o edital de terceirização, para a dura realidade em que hoje se encontra. Para os senhores terem uma ideia, quando saiu o edital para terceirização, dizia que a curto prazo, um ou dois anos, o número de leitos, de 25 leitos, aumentaria para 44 leitos. Os senhores sabem quantos leitos têm? Treze leitos – reduziu o número de leitos. Foi prometido – está no edital – que o número de atendimentos nos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, de uma média, Nelson, de 13 mil mensais, iria para 18 mil; chega no máximo a 9 mil atendimentos. Essa mentira foi vendida como uma solução para os problemas para terceirizar, entregar para a iniciativa privada fazer a gestão de dois grandes prontos atendimentos em Porto Alegre, que poderiam ser considerados, se investido o que deveria fazer o poder público, as reformas necessárias, hoje, como UPAs. Mas, como nada foi feito, não terá, a curto prazo, esse reconhecimento do governo federal, como UPAs, e os recursos, em vez de serem aumentados, para vir, de fundo a fundo, serão reduzidos. Isso mostra que há governos e governos; alguns dizem uma coisa, prometem algo, mas, no fundo, não acontece o que prometem, porque aqueles que acabam absorvendo a gestão dizem que é inviável para o momento, como aconteceu ontem, quando a empresa terceirizada dizia: "Em tempos de pandemia é impossível ampliar o atendimento"; pelo contrário, em tempo de pandemia, era muito mais gente procurando, inúmeros pacientes nos corredores, leitos insuficientes, sem colocar na rede de atendimento da nossa querida Porto Alegre. Nesse sentido, nós aqui continuaremos fazendo um apelo pela saúde pública. O secretário, o governo tem que se debruçar melhor, como na Atenção Básica, em que estavam demitindo servidores, os agentes comunitários, agente de endemias. Agora o secretário, como também o próprio prefeito, sem abertura de diálogo, ninguém seria demitido. Esperamos que nos chamem para essa conversa, porque o GT que foi prometido pelo próprio Prefeito, com todo respeito que temos, que tomou uma atitude correta no momento, pois percebeu que estava sendo demitidos sem fazer uma interlocução com a coordenação da Atenção Básica, os sindicatos e a comunidade, estavam reduzindo o número de agentes comunitários de saúde, e agentes de endemias, nas equipes do Programa de Saúde da Família. É preciso conversar, é preciso criar um

mecanismo, porque esse recurso vem do fundo a fundo, 95% subsidiado pelo governo federal, independentemente de qualquer que seja o governo. É preciso ampliar esse serviço. É preciso reconhecer que quem está lá na ponta vive todo dia inúmeras dificuldades, e é preciso que o poder público perceba a importância de as pessoas serem atendidas com dignidade. Por isso, fica aqui o nosso registro, enquanto bancada do PT, nesse aspecto, porque é fundamental o respeito aos servidores e ao atendimento na saúde pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1225/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 030/21**, que cria o Polo Histórico, Cultural, Turístico, Gastronômico e de Lazer do Centro Histórico de Porto Alegre com a denominação de Polo do Centro Histórico, cria incentivos e dá outras providências. **(SEI 118.00330/2021-10)**

**PROC. Nº 1234/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 031/21**, que dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) do Município de Porto Alegre, altera os §§ 3º e 6º e inclui os §§ 8º e 9º no art. 5º da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, inclui o art. 2º-B na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004. **(SEI 118.00331/2021-56)**

**PROC. Nº 0242/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/21**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Fernanda Barth, Comandante Nádia e Psicóloga Tanise Sabino e dos Vers. Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Hamilton Sossmeier, que garante aos estudantes do Município de Porto Alegre o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, e obriga a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta a empregar a língua portuguesa, na forma em que menciona, em todos os seus meios de comunicação externa. **(SEI 212.00031/2021-53)**



**PROC. Nº 0451/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/21**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que obriga a instalação de equipamentos eletrônicos conectados à internet para realização de pesquisa de satisfação em todas as Unidades de Saúde (USs) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que atendam parcial ou integralmente o Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Alegre. (SEI 220.00053/2021-13)

**PROC. Nº 0735/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 302/21**, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que regulamenta a constituição e o funcionamento de ambiente regulatório experimental, denominado *Sandbox* Regulatório, no Município de Porto Alegre. (SEI 030.00036/2021-04)

**PROC. Nº 0862/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 363/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Rosa de Saron o logradouro público conhecido como Rua D da Vila Sapolândia, Bairro Lami. (SEI 034.00341/2021-94)

**PROC. Nº 0872/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/21**, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que denomina Rua Pai Cleon de Oxalá o logradouro cadastrado conhecido como Rua A Vila Tronco II - Porto Alegre. (SEI 207.00041/2021-02)

**PROC. Nº 0980/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 412/21**, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Ivo Fortes dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua B Jardim Morada do Sol, localizado no Bairro Cel. Aparício Borges. (SEI 019.00065/2021-80)

**PROC. Nº 1134/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 500/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de setembro. (SEI 024.00137/2021-83)

**PROC. Nº 1203/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 533/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Data Comemorativa o dia de Santo Antônio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de junho. (SEI 035.00121/2021-60)

**PROC. Nº 1224/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 048/21**, que cria o cargo de Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação (Analista TIC), no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante da letra *a* do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores e altera a descrição do cargo de Analista de Tecnologia da

Informação, constante no Anexo II da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002, e alterações posteriores. (SEI 118.00329/2021-87)

**PROC. Nº 0859/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 042/21**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Casa Fonte Colombo, pessoa jurídica que finda suas atividades para a promoção da pessoa soropositiva - HIV. (SEI 025.00082/2021-19)

**PROC. Nº 1124/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/21**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede a Comenda Porto do Sol a Paulo Sérgio Pinto. (SEI 220.00156/2021-75)

**PROC. Nº 1175/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 067/21**, de autoria do Ver. Henry Ventura, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. João Theobaldo Krás Borges. (SEI 259.00003/2021-08)

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1202/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 532/21**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que inclui a efeméride Data Comemorativa ao dia da Nossa Senhora Desatadora dos Nós no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 15 de agosto. (SEI 035.00120/2021-15)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, diretor Luiz Afonso, colegas vereadores, vereadoras, assessores e imprensa. Meu quarto mandato nesta Câmara me confere a possibilidade de dizer que aqui nós temos representantes ativos, como o Ver. Pedro Ruas, que eu não comungo em nada das ideias dele e nem ele com as minhas, mas temos um bom convívio e nos respeitamos muito, o senhor como representante da comunidade palestina, eu como representante da comunidade judaica. Durante todos esses anos, sempre respeitamos as áreas que as pessoas atuam aqui, assim como a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que tem a área dos animais, assim como o Ver. Márcio Bins Ely, que tem a área do comércio imobiliário, dessas questões todas que ele defende. É sempre bom deixar isso claro, porque algumas mudanças ocorreram e, quando não existe ética entre colegas, é claro que essas mesmas pessoas não terão ética lá fora, com o povo gaúcho, com o povo porto-alegrense. Por que eu estou fazendo toda essa introdução? Porque hoje eu vou falar de um tema que não é meu – eu já conversei com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que domina muito bem essa área –, que é a área dos cachorros, dos animais. Solicitei ajuda a ela, num primeiro momento, ela entrou em ação e me meti também, sempre com o conhecimento dela, porque eu seria

incapaz de atravessar a área de um colega. E hoje também pedi para que ela viesse ao plenário porque eu gostaria de compartilhar com vocês o que eu vi por um acaso. Estava no Centro da cidade Porto Alegre e me deparei com essa loja que tem o nome de Bicharada, duas vezes, uma vez eu vi por acaso, e a outra, eu voltei para conferir. Eu gosto muito de animais, do convívio com os animais. Eu assisti uma cena chocante: dois cachorrinhos já não pequeninhos, mas deveriam ter três, quatro meses, enfim, numa gaiola superpequena – eu tenho aqui a foto. (Mostra foto.) São dois animais filhotes que estão naquela gaiola, não tem um chão na gaiola, ou seja, eles caminham e machucam as patinhas. Eles têm um potinho de água. Eu entrei e perguntei para a moça que estava atendendo, dizendo que não era possível que dois animais fiquem numa gaiola exposta num calor – estava muito quente, eram trinta e poucos graus – sem um chão de proteção, e ela me respondeu que eles ficavam somente cinco horas, depois, subiam para o outro andar. Na primeira vez, eu ainda tive paciência, na segunda, eu voltei e fiz a mesma pergunta e obtive a mesma resposta, eu me virei para ela e disse: “Eu gostaria de ver se tu conseguirias ficar cinco horas dentro dessa gaiola pequena e sem chão de proteção, com um pote de água, com trinta e poucos graus”. Conversei com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, ela me ajudou. E também tomei uma providência, porque, claro, aí a gente não consegue ficar sem fazer nada, eu fiz uma ocorrência policial, fiz um BO, e tenho aqui, para que tomassem providências para que isso não continuasse acontecendo na cidade de Porto Alegre, mas fui também pesquisar. E aí a Lei Municipal nº 694/2012 determina três meses de espera para segurar o desmame, a vacinação dos filhotes, explicou um técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS. Em Porto Alegre, é proibido comercializar animais doentes, por bichos em vitrines externas de *pet shop*, daquelas que ficam na rua e vendê-los em feiras de artesanatos e antiguidades. Feiras para venda de *pet* devem obter autorização da Prefeitura e os bichos só podem ficar expostos no máximo por cinco horas. Agora eu entendi porque que a moça me respondeu que eles estavam ali somente por cinco horas. A multa para infração varia de R\$ 80,00 a R\$ 20 mil. Ocorre que não tem fiscalização, então não adianta ter lei. Isso me incomoda muito, porque eu voltei várias vezes e ali estavam os animais. Quem me garante que eles estão só cinco horas? Quem me garante que tem fiscalização? A aparência deles era horrível. Não é possível que isso continue existindo em Porto Alegre. Aí fomos pesquisar e vimos que existe uma decisão da Grã-Bretanha – que é formada pela Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda – de proibir a venda de filhotes de cães e gatos com menos de seis meses em *pet shop* – isso fez um grande efeito. Isso possibilitou a proteger esses animais tão pequeninhos. O desmame é muito cedo, esses cachorrinhos já saem do *habitat*, eles já saem do convívio com a cadelinha que deu à luz e vão para uma gaiola – uma gaiola! – sem chão, um quadradinho, com trinta e poucos graus! Nós temos que rever isso. Eu, mais uma vez, quero dizer que essa é uma área que eu admiro muito, que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes atua, e sempre estou muito atenta em tudo que ela faz, que é um trabalho dedicado. E peço a todos aqui que nós possamos juntos mexer nessa lei. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Quero saudar a fala da Ver.<sup>a</sup> Mônica, temos acordo nessa pauta, vereadora, parabéns pela iniciativa, pela intervenção. É um absurdo o que nós vemos acontecer nessa comercialização irrestrita, sem controle e sem limites que nós temos. Nós somos solidários a essa pauta. Sempre que precisar, vamos somar também esforços. Inclusive, temos um projeto que é o nosso projeto que veda a comercialização e produção do *foie gras*, poucas pessoas conhecem porque é uma comida muito pouco comum e muito cara, mas temos um projeto tramitando, aqui nesta Casa, que veda, porque é uma tortura realizada com os animais, pois colocam tubos na garganta. Então, eu acho que podemos evitar, vedar esse tipo de prática. Então, parabéns pela fala, vereadora.

Também temos uma denúncia a fazer em relação a isso, que são os animais que são enviados em navios, animais vivos, carga viva que é enviada por navios aí para a África, Europa e os animais ficam numa situação extremamente deplorável, e é uma política, uma prática que nós temos que combater e tem que deixar de ser efetivada. Também temos essa luta, afinal de contas sou vegetariano e tenho toda uma trajetória junto ao cuidado e uma visão em relação aos animais, que nos forcem, como mandato, a ter essa pauta muito importante, como uma das pautas essenciais do nosso mandato.

Temos hoje algumas pautas polêmicas para serem votadas na sequência, e faremos o bom debate, lembrando que, na segunda-feira, já quero chamar aqui a população do Extremo-Sul, quando teremos a votação vinculada. Está na pauta de hoje, eu acredito que não chegaremos na votação, mas que vincula, se não segunda-feira, já na quinta-feira, a questão da Fazenda do Arado em Belém Novo, também a questão do DMAE. Então, a população do Extremo-Sul esteja atenta, presente na Câmara, a partir de quinta-feira, porque pode haver essa votação e essa votação vai ter um impacto brutal na Região Sul, no Extremo-Sul de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Hoje é 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids, a principal ameaça não é o vírus e, sim, o preconceito. A Anvisa aprovou, nesta semana, um novo medicamento de dose única para tratar o HIV. Hoje, são necessários três comprimidos para utilização para essa doença, e esses comprimidos podem afetar rins e ossos dessas pessoas. O Brasil distribui gratuitamente todos os antirretrovirais desde 1996, e, desde 2013, o SUS faz o tratamento para todas as pessoas que vivem com HIV, independente da carga viral. A

capital Porto Alegre é a que tem a maior taxa de mortalidade por Aids no País – isso é preocupante! Nós precisamos incentivar os testes rápidos, os diagnósticos, os tratamentos imediatos, o uso da camisinha, para que nós possamos, sim, prevenir o contágio.

Eu queria aqui também agradecer o trabalho realizado pela Fonte Colombo, que faz um belíssimo trabalho frente a essa pauta, e dizer que nós somos parceiros. Agora, nas isenções das tarifas, nós trouxemos uma emenda que era para isenção da tarifa para as pessoas que são portadoras de HIV e o governo entendeu isso e trouxe para o substitutivo, e foi aprovada essa isenção para as pessoas portadoras de HIV. Meus colegas me chamam de carimbadora, porque, a cada mês, eu tenho um adesivo para colocar com uma cor falando sobre algum tipo de pauta. Eu disse que nós não iríamos ter em dezembro, mas nós vamos ter, sim, nós vamos ter o Dezembro Vermelho, que é a campanha informativa sobre o tema para combate à AIDS. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o processo SEI nº 216.00162/2021-37, de autoria da Ver<sup>a</sup>. Laura Sito, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento *Foro Internacional por la Erradicación de la Violencia Política Contra las Mujeres*, em Quito, no Equador, no período de 29/11 a 03/12/2021. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Diretor, proceda à chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h02min:** Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

### DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0890/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/21**, que estabelece a idade máxima para inscrição em concurso público para ingresso no cargo de Guarda Municipal. (SEI 118.00269/2021-01)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzatto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

**Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 01-12-21 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLE nº 028/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ilustre Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que preside esta sessão; vereadores, vereadores, há uma questão singela e grave neste projeto. Singela, Ver. Oliboni, porque é um item elementar, ele é discriminatório, estabelece o limite máximo de idade fora dos parâmetros da construção, meu sempre Ver. Alex Fraga, então não tem sentido. É um projeto discriminatório, e eu sei que há outras restrições neste projeto de outro nível, de outro caráter. O próprio Ver. Radde há pouco falava comigo sobre esse tema, mas eu já quero salientar isso, desde logo. O projeto é discriminatório com relação ao limite de idade para ingresso, e não pode ter, nesse sentido, o nosso apoio. Por isso eu disse: a discussão é singela, é grave, é importante, mas é curta, é curta e seca. Não dá para apoiar um projeto discriminador como este, discriminatório é a palavra mais adequada, porque ele estabelece exatamente algo que não é previsto em nenhum local, Ver. Leonel Radde, a discriminação, que não é obrigatória, e aí o governo municipal está fazendo porque quer, e não terá o nosso apoio nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, vereador, parabéns pela sua objetividade. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Senhoras e senhores, colegas vereadores, presidência da Casa, telespectadores da TV Câmara. Projeto importante para o segurança pública do Rio Grande do Sul porque a Guarda Municipal de Porto Alegre, a segurança de Porto Alegre traz reflexos importantes para a Região Metropolitana do Estado. A nossa Guarda Municipal, a nossa futura polícia municipal, precisa, sim, de uma oxigenação. Estava conversando ali, meus cumprimentos ao Cel. Ikeda, nosso Secretário de Segurança de Porto Alegre, a média de idade dos nossos guardas municipais é de 52 anos. Todos nós somos importantes, mas com 52 anos, acho

que poderiam contribuir na parte administrativa, com a sua experiência, liderando, mas nós precisamos de jovens. Então esse limite de 25 anos é para a data da inscrição para o concurso público, Comandante Nádia. O concurso geralmente vale por dois anos e é renovado por mais dois, talvez ele vá ingressar com 29 anos. Na Brigada Militar, o ingresso para soldado é de 25 anos. Esse paradigma da nossa Guarda Municipal com a Polícia Militar, por óbvio, vai oxigenar a nossa Guarda Municipal e vai trazer reflexos lá na aprovação, em Brasília, da futura polícia municipal. A nossa Guarda Municipal hoje tem uma função constitucional, que é a proteção do patrimônio, mas a nossa Guarda poderia fazer mais, a Guarda poderia lavrar o Termo Circunstanciado, o Boletim de Ocorrência, combater os crimes de menor potencial ofensivo; a nossa Guarda Municipal poderia ser melhor aproveitada e esse limite de idade para ingresso vai oxigenar a nossa Guarda, por óbvio. Alguns concurreiros vão deixar de fazer concurso para a Guarda Municipal de Porto Alegre, mas, em compensação, vai abrir mais possibilidade para os jovens que estão iniciando a sua vida, que vão poder se dedicar mais para essa carreira importante para a segurança pública de Porto Alegre. Parabéns ao Poder Executivo! Esperamos que nossos vereadores sejam sensíveis e votem a favor deste projeto tão importante para um milhão e 500 mil pessoas que moram na capital dos gaúchos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente; senhoras e senhores vereadores. Eu quero ver se vou ser objetivo igual ao líder da oposição, Pedro Ruas, que é objetivo, inteligente. Eu quero dizer que este projeto, olhando lá para o Secretário de Segurança, coronel Ikeda, foi copiado da Brigada Militar, a nossa grande instituição deste Estado. E, se fizermos igual se faz na Brigada Militar, é porque o projeto é bom. Eu queria pedir a todos os nossos colegas vereadores para aprovar este projeto, como diz o Ver. Bobadra, para oxigenar a Guarda Municipal, que é importante, é verdade. Reconhecemos, sem dúvida nenhuma, a importância da Guarda Municipal. Por isso queremos ter os jovens por muito tempo trabalhando na Guarda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Ver. Cecchim, o senhor foi muito objetivo. Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Secretário de Segurança de Porto Alegre e dizer que é uma honra tê-lo aqui, também registrar que o senhor foi comandante da Brigada Militar, e Porto Alegre conta com o seu trabalho competente.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; colegas vereadores e vereadoras; secretário Ikeda. Quero dizer aqui que, *data venia*, me oponho, assim como a bancada do Partido dos Trabalhadores se opõe, a esta proposta do limite de idade. Tivemos aqui um representante da Susepe, que é uma instituição que não exige idade, defendendo o limite de idade para a Guarda Municipal. Não sei muito bem como funciona o nexo dos argumentos, mas eu venho uma instituição civil, da Polícia Civil, onde não é exigido limite de idade. E eu defendo inclusive que todos os órgãos de segurança exijam o nível superior, para isso a gente tem que retirar esse limite de idade. Aliás, alguns dos melhores colegas que eu tive na Polícia entraram com mais de 40 anos na corporação. E aí muitos vão dizer: “Ah, mas há questão de saúde, há questão de preparo...” Por isso existe, no concurso, o teste de aptidão física, o TAF, e é ali que vão ser eliminados aqueles que não têm capacidade física para cumprir a função policial. Está muito claro. A Polícia Rodoviária Federal não exige e é uma polícia ostensiva, a Polícia Federal não exige e faz um policiamento ostensivo, a Polícia Civil não exige, e utilizar o argumento da idade da guarda municipal, cuja média hoje é mais de 50 anos, é reconhecer o fracasso das últimas administrações da Prefeitura que não faz concurso público para a reposição de efetivo para a Guarda Municipal. Quando não se faz concurso público para reposição de efetivo, a idade automaticamente aumenta, porque esses guardas municipais vão chegando próximo à aposentadoria sem reposição de novo efetivo, e, automaticamente se aumenta a idade média desses profissionais. Temos também que observar que a Guarda Municipal, em breve, daqui a poucos anos, será talvez o principal órgão de Segurança Pública do nosso país. Eu acredito que a Guarda Municipal terá uma função de polícias municipais, isso é inexorável. Tudo se encaminha nesse sentido, tudo leva a crer que chegaremos nessa política. O ponto-chave a ser debatido é: qual será o modelo dessa nova Guarda Municipal ou dessa polícia municipal? Se ela vai ser simplesmente uma cópia das polícias militares ou se ela vai, de fato, ter uma característica particular e uma função específica, principalmente voltada ao policiamento do cidadão, a uma polícia de aproximação que tenha vinculações comunitárias, que lide com aqueles pequenos conflitos entre vizinhos, que faça o acompanhamento nos postos de saúde, nas escolas municipais. Qual vai ser a característica dessa nova polícia ou da Guarda Municipal, com esse novo formato, que é importante e é a tendência mundial? Polícias municipais, mas para isso nós temos que manter essa instituição com característica civil, cada vez mais qualificada, com concursos permanentes, com equipamentos de ponta, com treinamento permanente. É por isso que, inclusive, nas emendas impositivas, destinamos R\$ 75 mil para a Guarda Municipal, para cursos de formação. Saúdo a iniciativa do secretário Ikeda, da Secretaria da Segurança Pública, parabéns pela iniciativa. Então basicamente é isso e é por esse motivo que votarem contrariamente, de forma muito respeitosa, a esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)



**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Boa tarde, Vereadora Mônica, presidindo os trabalhos na tarde de hoje, boa tarde, colegas vereadores, secretário Mario Ikeda, da Secretaria de Segurança Pública do nosso Município, quem nos acompanha pela TVCâmara e os colegas que estão aqui presencialmente. Bom, primeiro eu quero dizer aqui para o Vereador Pedro Ruas, com todo respeito pela sua trajetória, que discriminatório seria também a gente pensar que se tem idade para renovação de CNH. Não tem nada de discriminatório, temos aqui uma questão de potencial, de preparo físico. O guarda municipal, diferentemente de nós que ficamos sentados aqui, necessita ficar muito mais tempo na rua, a pé, em pé, caminhando, se movendo. Poucos guardas municipais ficam dentro de uma viatura, eles são muito mais pró-ativos. E vejamos que 25 anos é na data da inscrição. Esse concurso público municipal tem uma duração de dois anos, então a partir do momento em que essa pessoa fez todas as etapas do concurso e passou, ela vai ser chamada com até 27 anos. E se nós pensarmos que é um concurso público que pode ainda ser prorrogado por mais dois anos, essa pessoa já vai ter 29 anos. E o tempo de serviço, o tempo útil dessa pessoa trabalhando, no município, é um tanto mais, 20, 25, 30 anos, e nós não podemos imaginar um guarda municipal, um policial militar, um policial civil - com todo o respeito à boa idade, àqueles que são jovens há mais tempo, a idade é a melhor idade dos idosos, com todo o respeito -, não podemos ter um guarda municipal com 70 anos, fazendo toda a fiscalização ou cuidando o que deve ser cuidado na nossa cidade. Então uma das questões é essa, a idade que não vai corresponder com a potência, com o preparo físico da pessoa. E nós queremos guardas municipais que sejam proativos, queremos guardas municipais que, efetivamente, trabalhem na rua, não sentados numa parte administrativa, não sentados dentro de uma viatura, não sentados dentro do escritório. Nós estamos aqui falando que queremos selecionar pessoas que tenham condições físicas de poder atuar. E com respeito a todas as pessoas que tem mais idade, com respeito também às pessoas com deficiência, tem certos serviços que não são condizentes com algumas pessoas, apesar de estarmos num mundo extremamente voltado à tecnologia, à globalidade. Nós não podemos pensar em um guarda municipal que ande de muleta, infelizmente. Nós temos que ser realistas, só que aqui as pessoas sobem e acham que o politicamente correto é esse. Não, as pessoas, os porto-alegrenses precisam de serviço, e o serviço bem feito é de acordo com aquilo que a pessoa entrega. Diferentemente da cor; cor nada tem a dizer com capacidade. Diferentemente do sexo da pessoa, nada tem a ver, diferentemente do credo. Agora, a idade, sim, tem tudo a ver com o maior preparo físico ou menor. E nós queremos um guarda municipal que tenha condições de, até o último dia que ele trabalhar, estar pronto a pé, na rua, fazendo o seu trabalho, seja cuidando do patrimônio da cidade ou seja até mesmo fazendo o cuidado para com as pessoas, os parques, os prédios públicos, as ruas, enfim todo aquele trabalho tão bem feito pela Guarda Municipal que, em consonância, em perfeita sintonia e afinidade com a Brigada Militar e a Polícia Civil tem feito aqui em Porto Alegre. Isso

o guardas municipais solicitam, que tem uma renovação e que a partir desta votação possamos logo ali na frente ter um novo público, porque a Guarda Municipal de Porto Alegre e principalmente os munícipes precisam ter mais guardas municipais aqui na nossa capital. Votarei a favor e solicito que os vereadores e colegas também o façam. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Obrigado, Vereadora Mônica, comandando os trabalhos, esse é um tema, Coronel Ikeda, muito importante para todos nós. Quando a Guarda Municipal estabelece, no seu projeto, a idade mínima de 18 anos a 25 anos é razoável, líder da maioria, Ver. Cecchim, é razoável, muito bem encaminhado. O próprio Supremo Tribunal Federal, sobre esse tema, dá razão, há necessidade da manutenção do preparo físico para desempenhar a atribuição da atividade de segurança. Vereador Radde, V. Exa. sempre vai contra a maré, mas, na realidade... Um atleta, na década de 1960, um jogador de futebol, quando ele chegava aos 26, 27 anos ele estava praticamente largando. Hoje, ele praticamente está começando, muitas vezes; ele chega a 35 anos, às vezes até mais. Para um jovem desempenhar essa atividade rigorosa, essa atividade de muita exigência física, sem dúvida ele tem que estar no ápice do seu preparo físico, da sua inteligência e concepção de uma responsabilidade. Então nós vamos aprovar, sim, eu acho que é razoável, volto a frisar, de 18 a 25 anos, para a inscrição. Lá ele vai desenvolver o seu trabalho lá ele vai desenvolver a sua aptidão lá ele vai desenvolver o seu trabalho, a sua aptidão, o seu preparo físico, cada vez mais, para manter. As regras da previdência no Brasil mudaram, e, às vezes, até no sentido bom. Hoje, para se aposentar, o homem tem que ter 65 anos e a mulher tem que ter 62 anos. Nada contra os policiais, era outra atividade, era outra época, mas eu vejo oficiais que se aposentavam com 45, cinquenta e poucos anos. Não é culpa dele, é que era assim a vida brasileira. Um homem de 60 anos era considerado velho. Essa é a grande questão, a vida mudou, conseqüentemente as polícias têm que estar bem preparadas, têm que ter uma cabeça boa, têm que ter condições de uma previsão de futuro dentro da categoria. É nesse sentido que nós apoiamos. Pelo amor de Deus, de 18 a 25 anos está muito bem elaborado esse projeto, Coronel Ikeda, dando possibilidade ao jovem de se desenvolver dentro da corporação. E a Guarda Municipal é muito importante, é uma polícia que surge com força, com prerrogativa e que, tenho certeza, trará muitos benefícios, como já tem dado à população de Porto Alegre. Inclusive aqui nesta Casa criamos e damos a prerrogativa de até fiscalização de produtos, coisa que antigamente não tinha. Os fiscais eram da SMIC, hoje não, estão credenciados a também fazer a fiscalização da cidade inteira. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa tarde, Presidente Mônica, colegas vereadores e todo o público que nos assiste; Coronel Ikeda, que está presente aqui nesta sessão. Quero dizer que eu fui o primeiro secretário da Secretaria de Segurança, no governo Fortunati, e quando nós saímos de lá nós deixamos um concurso pronto. Infelizmente nem no próprio governo Fortunati e nem no governo passado puderam chamar. Não houve recursos financeiros para chamar os guardas daquele concurso que ficou lá. Infelizmente passaram-se os quatro anos e não deu para chamar ninguém. Mas eu queria dizer ao Ver. Pedro Ruas que não é uma questão de discriminação, porque pega os guardas municipais, a maioria são bastante antigos, a maioria deles, muitos, estão lá nos postos deles há anos; tem um que está no seu posto lá, numa escola, por exemplo, num órgão da Prefeitura, há 20 anos, há mais de 20 anos, e ele não quer sair de lá. Ele não quer. Tu convidas ele para trocar de setor... E outro motivo também, que já foi falado aqui, é que ele não tem condições físicas para estar na linha de frente. Então, por isso este projeto vem justamente para colocar um limite, sim. Porque imaginem um cidadão passar num concurso com 60 anos; um exemplo. Será que ele vai ter condições de passar no teste de aptidão física? Poderá até ter, um ou outro. Mas, imaginem, há muitos jovens que não conseguem passar, mais difícil ainda um cidadão com 50 anos, 60 anos para cima. Eu com certeza não passaria no teste de aptidão física. Com certeza! Então, este projeto vem justamente para colocar esse teto para que, quando venha a ter o próximo concurso, os aprovados sejam na maioria jovens, para que possam estar na linha de frente da Guarda Municipal. Por isso nós iremos votar favoravelmente, a bancada Republicanos. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Presidente Mônica, vereadoras, vereadores, secretário Ikeda - que traz este projeto de lei do Executivo que está em aqui em discussão e que trata principalmente do limite da idade de 25 anos para inscrição em concurso para ingresso no cargo de guarda municipal. Os colegas que me antecederam já fizeram manifestações bem objetivas defendendo o projeto, e aqui não se trata de uma questão de idade, de desmerecer aqueles que já estão na Casa, que já desempenharam os seus papéis ao longo dos anos, mas, sim, de uma renovação. E não vejo nada de discriminação ao colocar jovens, oportunizar emprego aos jovens, sim, emprego por concurso. Então, falando aqui, anteriormente, a Ver.<sup>a</sup> Nádia foi bem delicada ao falar de idade, eu não tenho problema nenhum de idade, eu sei que eu não teria condições, posso passar na prova teórica, mas numa prova prática jamais conseguiria vencer um jovem bem preparado, e é o que precisa para a Guarda

Municipal. Anteriormente também o vereador falou que a atribuição da Guarda seria só em relação ao patrimônio; não, a Guarda tem atribuições ampliadas, e inclusive nós aprovamos uma lei que estabelece que a Guarda Municipal pode atuar junto à fiscalização, pois muitas vezes há riscos, por exemplo, junto à fiscalização de maus-tratos aos animais, em que o fiscal não pode ir sozinho, tem que ter um acompanhamento da Brigada, mas agora Guarda Municipal pode desempenhar, entre outras funções, não é só o que foi listado. Sobre o projeto, falar que é discriminatório, não tem amparo, nós temos já uma manifestação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que julgou a constitucionalidade de matérias idênticas e entendeu pela adequação dessa discriminação. O próprio Ver. Cassiá já falou aqui dos jogadores e nós também temos essa visão de que cada idade na sua condição. Nós não temos mais idade para competir com esses jovens, então vamos oportunizar a eles uma carreira na Guarda e, sendo assim, concursado e vindo a alterar um quadro, se agregando aos demais, que têm toda uma experiência. Então, quero cumprimentar pelo projeto, nós somos favoráveis e vamos apoiar, conforme o líder já falou anteriormente. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, Presidente Mônica, que conduz os trabalhos; boa tarde às colegas e aos colegas vereadores, eu gostaria de cumprimentar também quem nos acompanha a partir da TVCâmara e queria discutir esse tema que trata da segurança, que trata da Guarda Municipal. Temos aqui a presença do secretário, com quem tive a oportunidade de dialogar inclusive sobre esse tema. Eu acho fundamental, primeiro, esclarecer quais são os pontos divergentes; ou, na verdade, qual a ótica divergente. A nossa bancada, de forma muito tranquila, é contrária a este projeto por alguns motivos: primeiro, porque eu acho que nós precisamos entender e pacificar qual é o papel da Guarda Municipal na cidade. Na minha opinião e a partir da vivência que sempre tive com a Guarda Municipal, inclusive por ser oriunda, Ver. Ruas, de escolas municipais, portanto a convivência com a Guarda Municipal é muito cotidiana, quando nós temos acesso aos próprios municipais, ou quando somos crianças atendidas por esses espaços. E eu fui uma delas, desde a escola municipal até a creche, eu estudei na Tronquinho, depois fui estudante de ensino médio no Emílio Meyer, fui presidente do grêmio estudantil e é pacífico que o papel da Guarda Municipal é muito mais no sentido da conciliação, da construção dos vínculos entre a comunidade e os espaços municipais. Esse é o papel da Guarda Municipal, na minha opinião. Acho que nós precisamos desconstruir a ideia de que a Guarda precisa ser mais uma Polícia Militar, ou a gente precisa desconstruir a ideia de que nós precisamos de mais uma polícia na cidade. O que nós precisamos é construir uma política de segurança para a cidade, que não passa diretamente pela construção de uma nova polícia. Porque o padrão utilizado aqui é um padrão muito mais vinculado à Guarda Municipal do que

sobre a necessidade que têm a cidade e o Executivo Municipal de construir esse espaço da segurança. Na minha opinião, a Guarda Municipal não deveria ter um papel ostensivo; muito pelo contrário, ela deveria ter e nós deveríamos estar trabalhando na ótica da consolidação do papel conciliador da Guarda Municipal. Então, na minha opinião este projeto não só é inconstitucional, como nós já temos uma série de prerrogativas de outros estados, mas nós temos aqui também uma divergência de concepção. E essa concepção é muito cara para mulheres como eu, ela é muito cara para a juventude da periferia da cidade. Porque mais uma Polícia Militar que não debate o racismo estrutural nós não precisamos! Mais uma Polícia Militar que não consegue entender o seu papel, enquanto sociedade, nós não precisamos. Esse papel a Polícia Militar já cumpre! Agora, o que nós precisamos discutir aqui é qual o papel da Guarda Municipal sob a ótica da conciliação, da pacificação, do estreitamento da relação da comunidade com o Poder Executivo, da comunidade com os próprios municipais, de respeitabilidade. Já teve projetos muito legais da Guarda Municipal. Eu recebi a Guarda Municipal inclusive na universidade, numa cadeira de gestão pública, e os próprios guardas municipais falavam do repúdio à militarização da Guarda, que é o que o projeto, na minha opinião, traz com ênfase. E também acredito que a redução da idade máxima faz com que a gente crie mais um processo de segregação, mais um afastamento entre quem terá e quem não terá oportunidade. Porque, mais uma vez aqui, a redução da idade trata de quem terá acesso a esse concurso público, de quem terá acesso, e aí, desculpe Ver. Freitas, com todo respeito, a capacidade é definida no concurso público. A capacidade de quem vai concorrer a esse espaço é um critério. Então, quem não tiver capacidade será reprovado. Então, esse não é um critério. Quem não tiver capacidade não terá a sua prova de aptidão física aprovada. Então, para mim nós matamos aqui. Este é um projeto que não trata da ampliação da segurança e nós não precisamos de mais uma Polícia Militar, nós não precisamos da militarização da Guarda Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Queridos porto-alegrenses que nos ouvem, vereadoras, vereadores secretário Ikeda, da segurança municipal, que se faz presente, um abraço. Venho até esta tribuna para que a gente possa pensar um pouco também, aproveitar este projeto de lei que vai ser votado, ainda não defini meu voto, mas, com certeza, até a votação vamos definir. Eu queria aqui contribuir com o debate da segurança. Segurança, na verdade, não é a pessoa armada, não significa que nós vamos estar num ambiente seguro, se nós temos pessoas armadas, pessoas fardadas. Isso não pode, isso é uma falta de consciência do que é estar em segurança. Se hoje nós temos mais assaltos, maior criminalidade, é porque tem conflitos sociais complexos que o poder público não está dando conta. Eu, lamentavelmente, vi uma cena - na internet,

em outro estado que não lembro qual - de um PM que algemou o cidadão e andou de moto com esse cidadão correndo atrás da moto. Certamente, vocês vão achar que isso não se faz, realmente, mas até que ponto nós devemos investir nesse conceito de segurança, de pessoas armadas? Eu acho que, se nós fizéssemos um combate real à fome, a miséria, ao desemprego, nós teremos muito menos conflitos sociais. Tudo bem, devemos ter, como temos a polícia - polícia aqui, polícia ali - às vezes, as pessoas se sentem seguras assim; mas, esses dias, deu um tiroteio na Cidade Baixa. Tem gente que diz que armar toda a população é solução. Vocês imaginem, em todo tipo de conflito, as pessoas estarem armadas, um dando tiro no outro. Não é assim que se soluciona. Outrossim, eu acredito que reduzir a idade não significa que nós estaremos contratando pessoas mais qualificadas para o serviço da Guarda Municipal. Serviço da Guarda Municipal não é o serviço de ficar dando tiro por aí, de ficar correndo atrás, supostamente, de bandidos. Eu não quero, não acredito numa Guarda Municipal para isso. Eu quero que, primeiro, a Prefeitura demonstre respeito e mude o padrão da Guarda. Esse padrão em que a Guarda está - o padrão 6 - é um absurdo para o tipo de trabalho que se faz. Primeiro, antes de mudar a idade, antes de querer fazer isso ou aquilo, tem que pagar o que deve a quem trabalha e não mede esforços para garantir o serviço de qualidade para Cidade. Sem contar que se faz, muitas vezes, um serviço parecido com EPTC e não se ganha o mesmo que a EPTC, fazendo o mesmo serviço. Então, primeiro, eu acho que tem um dever de casa que tem que ser feito. Com a discussão da idade, nós estamos botando, literalmente, a carroça na frente dos bois, porque todos os guardas municipais continuarão recebendo pouco para o que fazem. A chefia vai lá e cobra; tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, fazer aquele outro. Outra coisa tem a ROMU, tem um pacote de hora extras que eles ganham; agora, é de alto risco de vida o que esses trabalhadores concursados estão fazendo na cidade; é alto risco de vida. Eles são polícia? Não são polícia. Eles ganham salário com polícia? Não ganha um salário com polícia. Mas a Prefeitura quer que eles tenham poder de polícia, mas não paga como poder de polícia. Então, tem uma discrepância e tem uma coisa entre o mundo Ideal, o mundo imaginado e, na verdade, a valorização real desses profissionais. Eu até posso votar hoje, vou votar essa coisa da idade, mas política de segurança nós não estamos construindo, porque, primeiro, temos que valorizar quem está aí dentro. Cadê o padrão 7? O dinheiro tem. O prefeito arrecada R\$ 22 milhões, por dia, e não tem dinheiro para pagar o que deve à Guarda Municipal? Tem. Então, poderemos, hoje, resolver essa questão da idade, se o governo acha que isso é crucial para fazer concurso. Depois, eu vou bater palmas, porque tem que ter concurso, tem que recompor, falta guardas municipais nos postos de saúde. Sabem porque, neste momento, o Posto de Saúde Laranjeiras está fechado? Por insegurança, por não ter guarda municipais. Os trabalhadores foram ameaçados pela criminalidade, e o posto está fechado e a população toda, daquela parte do Morro Santana, está sem atendido: cadeirantes, idosos, crianças e gestantes. Então, se a gente quer mesmo construir segurança na cidade, nós temos que, primeiro, combater a fome, a miséria e o desemprego. Segundo, reconhecer o corpo de servidores da Guarda Municipal como crucial; o governo tem que dar uma demonstração, tem que mandar para um projeto

para mudar o padrão da Guarda. Nós temos que mudar o padrão da Guarda; eles têm que ser remunerados como devem ser, essa é uma luta antiga que nós fazemos há muito tempo. Espero que a bancada da segurança ajude a fazer isso também. Valorizar não é só bater palmas, dar medalhas, dar prêmio. O que enche a barriga das crianças, dos filhos das guardas e dos guardas municipais é comida; e comida se faz com salário digno. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 028/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde colegas; presidenta da Mesa, Ver.<sup>a</sup> Mônica, é sempre um prazer vê-la nesse lugar. Eu subo à tribuna para falar sobre esse projeto que, primeiramente, eu já considero inconstitucional, porque a defesa dele, sendo feita pelo Município, não cabe, pois seria uma atribuição do Estado. A gente está falando da segurança pública, e trabalhar nessa perspectiva da militarização dessa polícia é muito crítica, é algo que a gente precisa ter mais aprofundado. Em segundo lugar, e não menos importante, esse delimitador de idade retira aquilo que a gente tem da compreensão da tarefa, da atribuição do que é a Guarda Municipal. A Guarda Municipal tem, no seu cerne, a prevenção, a promoção e o cuidado numa perspectiva que não essa da polícia armada, ostensiva. Não é, Ver. Pedro Ruas? Logo, a idade não pode ser esse delimitador, eu acho que é muito sucinto fazer um debate, levando em consideração esses termos mais rebuscados acerca da idade como uma forma, de condição. Não, pelo contrário, a gente precisa olhar para a qualidade daquilo que é apresentado e, principalmente, pensar que nós temos uma defasagem de quase 10 anos por conta da ausência do concurso. Se a gente não tem esse concurso, se a gente não tem uma formação continuada, obviamente vai existir essa lacuna. Era isso que nós deveríamos estar debatendo. Então, um olhar para esse conjunto da ausência de ações efetivas, olhar para esse conjunto da ausência, inclusive, de política pública que fale da segurança, como um todo, é criar uma expectativa acerca de um projeto inconstitucional. O nosso debate deveria estar num outro tom, e é assim que a bancada do PCdoB se posiciona, sabendo que, além da inconstitucionalidade, nós precisamos ter outros elementos para nos aprofundarmos. A formação é um deles, a continuidade dessa formação, mas, principalmente, atentem-se a isso, aprofundarmos o debate sobre a distância entre um concurso e outro. São quase 10 anos, isso impacta, diretamente, na qualidade do cuidado daquilo que é ofertado, por exemplo, como bem disse o Ver. Jonas Reis, a situação da Unidade de Saúde das Laranjeiras que está, extremamente, vulnerabilizada. Entraram e assaltaram os profissionais que estavam prestando um trabalho essencial para a comunidade. A insegurança leva as portas a se fecharem e assim aquele espaço, que é um espaço da garantia do atendimento para aquela população, fica, totalmente, alheio. A gente precisa olhar por um outro viés. Quem se limita a fazer o debate, colocando como único ponto a idade, definitivamente,

não compreendeu, primeiro, a constitucionalidade do projeto e, segundo, que nós estamos falando de algo que é muito além. Também, aproveito para trazer este viés da construção, através de um processo educacional, que vá fazer a promoção e a prevenção de tudo isso. A gente tem debatido questões muito pontuais, toda uma relação em torno da segurança, mas projeto efetivo a gente não tem; e a gente vem somente apagado incêndio, como se diz, principalmente nessa relação que é, extremamente, desfavorável. E a gente sabe muito bem onde esse desfavorecimento toca de forma muito mais dura: nas nossas comunidades que não têm essa garantia. A gente tem debatido, mas não avança, porque essa é uma falta de vontade política, e as prioridades não estão ao nosso lado. Olhar para esse projeto é olhar para aquilo que não vai avançar, pois, de fato, é mais do mesmo; é inconstitucional, como gostam de dizer para gente. Ao invés de ficar batendo a idade, debatam o concurso, a qualidade, debatam um processo de formação continuada. Se for desta forma, tem o nosso apoio, tem o apoio da bancada do PCdoB; caso contrário, finalizamos por aqui, e esse é o nosso posicionamento.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLE nº 028/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** O meu encaminhamento vai ser, na verdade, uma complementação; eu votarei contra. O Espírito Santo, grande liderança da Guarda Municipal, trouxe um cálculo envolvendo a Previdência. Nós batalhamos, o nosso mandato batalhou nesta Casa, a bancada do Partido dos Trabalhadores fez esse debate, para que existisse uma aposentadoria especial para os guardas municipais. Fomos derrotados na pauta. Chama atenção que algumas lideranças que vieram defender a idade de 25 anos, votaram contra aposentadoria especial dos guardas municipais. O Bobadra e a Nádia votaram contra a aposentadoria especial dos guardas municipais, e utilizam o argumento de condições físicas de trabalho, tentando legitimar o limite de idade. É uma contradição, e eu só queria chamar atenção sobre essa contradição e reforçar que o importante, nesse momento, é que nós tenhamos concurso público para a reposição de efetivo da Guarda Municipal. Espero que o prefeito Sebastião Melo tenha essa percepção, essa sensibilidade, porque é muito importante que a gente reforce essa importante instituição e que nós tenhamos, cada vez mais, servidores motivados e qualificados. Como bem falou a Ver.<sup>a</sup> Daiana, temos de ter uma qualificação continuada de servidores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)



**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 028/21.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Colegas vereadores, segurança Pública é um assunto muito sério. A gente tem que andar nas ruas conversar, com os operadores da segurança, conversar com o policial penal, com policial civil, com policial militar, com quem trabalha na FASE. Segurança pública é um assunto muito sério. Nós temos que sair um pouco da filosofia, do mundo dos livros. Imaginem vocês aquelas pessoas que são a favor da legalização das drogas, de desarmar a população, que moral que têm para discutir segurança pública? O poder Executivo fez um cálculo atuarial, fez um estudo, fez um diálogo com a segurança municipal, com vários vereadores, e nós chegamos à conclusão de que a melhor ideia era protocolar esse projeto. Agora, um vereador aqui que defende a legalização das drogas, o desarmamento, a desmilitarização das polícias... A Polícia Civil e a Polícia Militar são baseados na hierarquia e disciplina! Nós temos que conversar com os mais antigos, respeitar a experiência das pessoas! Quero ressaltar que temos a presença aqui do Coronel Ikeda, que foi comandante-geral da Brigada Militar, secretário segurança, um homem técnico, qualificado, que conhece segurança pública! Esse projeto é muito bom para a cidade! Nós estamos pensando no interesse público, não nos interesses individuais. Então eu peço aos colegas vereadores que votem a favor desse projeto importante. Só para fazer justiça aqui, me recordo que quando nós discutimos a aposentadoria dos guardas municipais, a Ver.<sup>a</sup> Nádia era a favor de uma aposentadoria diferenciada, eu também, nós tentamos, lutamos, fizemos o nosso máximo, infelizmente não conseguimos, e um vereador aqui foi injusto conosco. Peço aos colegas vereadores que pensem na cidade e pensem nas pessoas, porque Porto Alegre não pode parar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 028/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Subo a essa tribuna para encaminhar contrariamente a esse projeto. Debater segurança pública olhando apenas para uma categoria é de uma irresponsabilidade tremenda, porque ignora diversos fatores sociais que contribuem objetivamente para o aumento da violência, da violência contra o patrimônio, da violência contra as mulheres, da violência contra negros e negras, e aí em especial, o Estado brasileiro e a sua segurança nessa política de segurança pública têm muito contribuído para esses índices altos de violência e de assassinatos nas comunidades negras e periféricas. Então a gente pensar o papel da Guarda Municipal dentro de um contexto de uma cidade em crise que voltou a ter criança nas sinaleiras vendendo bala, pedindo comida, em que a população em situação de rua aumentou mais de 100% da pandemia para cá, em que a gente vê um

desmonte das políticas do Estado, que minimamente deveria acolher esses grupos vulneráveis e que não se tem um debate honesto sobre o que significa a guerra às drogas no nosso País, em especial na nossa cidade que também sofre interferência direta dessas grandes facções. Então quem está lá na ponta, no dia a dia, não quer discurso ideológico, quer política que trabalha a natureza do problema: política para juventude, incentivo ao esporte e ao lazer, valorização da educação pública, política de emprego, isso combate a violência, isso é política de segurança. Ruas iluminadas, asfaltadas, paradas seguras, ônibus que respeitem as tabelas horárias, é disso que a gente quer falar quando a gente quer debater a segurança pública, não simplesmente mais recursos públicos para uma militarização que faz com que o Brasil tenha a polícia que mais mata e mais morre no mundo, uma política burra e desonesta com o povo trabalhador que paga tudo isso com seus impostos. Essa política não significa um descenso nos índices de violência vinculados à guerra às drogas. Há mais de 10 anos o Brasil tem essa política, Territórios da Paz aqui em Porto Alegre: Rubem Berta, Restinga, Lomba do Pinheiro adotaram isso e não teve um desdobramento real na diminuição da mortalidade, pelo contrário, as facções nunca estiveram tão articuladas dentro das comunidades. Em última instância, esse projeto, ao colocar restrição de idade, limita a juventude de acessar cargos que permitam ter uma carreira. É disso que eu estou falando! Meu cunhado agora é Guarda Municipal da cidade de Viamão. Com alterações desse tipo, pessoas do tipo dele, jovem, negro, da periferia, não conseguiria disputar uma vaga como essa. E que política de emprego é oferecida para essa juventude? É isso que a gente deveria estar se questionando, porque esta Câmara vem se consagrando nos últimos anos em votar projetos que restringem cada vez mais no mercado de trabalho, colocam cada vez mais o nosso povo batalhador na informalidade, e depois vem nessa hipocrisia de subir aqui na tribuna e falar da violência, que a violência está aumentando. Mas que alternativa nós estamos dando para os nossos jovens, para os pais de família, para o povo da periferia e do centro da cidade? Então, é disso que nós estamos falando. Votamos contra esse projeto porque não defendemos esse discurso raso, moral e ideológico que dificulta o nosso povo a enxergar a natureza do problema tanto da violência quanto do desmonte do Estado e as carreiras públicas nesse sentido. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 028/21.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente Márcio. Quero cumprimentar todos os colegas e público que nos acompanha. Ouvi com atenção as diversas discussões e encaminhamentos quanto ao projeto que me agrada muito por uma questão de razoabilidade. Nós falamos aqui antes, até a Ver.<sup>a</sup> Nádia usar aqui antes o exemplo do limite de idade para a renovação de CNH. Isso é razoabilidade. Quando eu era mais jovem, fiz um curso de piloto de avião, tinha que ter visão, tinha que poder ter atributos auditivos, visuais e fonéticos para poder fazer o curso. Isso é

razoabilidade, isso não era discriminação, simplesmente. Ou melhor, discriminava para que não botasse em risco de outras pessoas, é uma discriminação que é produtiva, discriminação que faz com que, efetivamente, a gente consiga atender o interesse da coletividade. E não me parece razoável simplesmente dizer que você fazer um corte etário vai ser simplesmente algo discriminatório, portanto inconstitucional, e que pessoas mais velhas não teriam condições de fazer aquele trabalho. Obviamente temos pessoas mais velhas com condições de fazer o trabalho, aliás, vários dos guardas municipais aqui da Câmara demonstram isso, são competentes nos seus afazeres, mas numa ideia de renovação, eu não vejo sentido de nós obrigarmos o Executivo Municipal, Vereador Gilson, até a contratar às vezes alguém que foi bem nas provas, mas que não vai ter um tempo de exercício de seu ofício muito longo, e, portanto, não vai dar um retorno para a coletividade daquele serviço. Achei muito interessante que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes já trouxe a questão do TJ/RS contra a inconstitucionalidade, e pareceres que nos cacifam para essa decisão. E eu fiquei muito curioso com as falas de alguns vereadores da oposição de que Guarda Municipal estaria se militarizando por conta desse processo. Acho que é um completo descabimento de afirmação, não tem o menor sentido falar em militarização por conta de mudança na idade e critérios de entrada. Aliás, acho muito salutar que a Guarda Municipal tenha usado esse mesmo artifício que a Brigada Militar usa, e que não tem nada a ver com militarização, embora eu ache que seria positivo que a gente tivesse outras inspirações, outros treinamentos para que a nossa Guarda Municipal pudesse ter condições de fazer também um enfrentamento como os nossos brigadianos. A oposição falou bastante aqui sobre uma polícia de diálogo, uma polícia de construção, que a gente não precisa de mais uma polícia que vai agredir as pessoas, eu pergunto qual é o diálogo e construção que um Guarda Municipal, na orla, tem que ter com um pichador? É falta de diálogo que está tendo ou justamente a capacidade de fazer a apreensão daquela pessoa e direcionar ela para a delegacia? Não é uma dificuldade de diálogo que um Guarda Municipal tem com alguém que está fazendo tráfico de drogas na porta da escola, ou eventualmente tentando bolinar uma criança. Não é falta de diálogo, não é "vem cá, cidadão, vamos conversar", é capacidade física de agir, de atuar e inibir aquela ameaça para a comunidade. É isso que esse projeto garante. Aliás, me causa curiosidade também a oposição falar tanto contra esse projeto, porque nós já tivemos aqui no Município, inclusive recentemente, casos de guardas municipais agredidos por grupo sindicais e grupos de militantes que são afetos aí da oposição, e manifestações, sejam as na Prefeitura... Aliás, precisamos de guardas municipais que tenham idade e condições físicas para não se machucarem quando têm uma lixeira atirada nas suas cabeças, como nós vimos na Prefeitura de Porto Alegre há poucos anos. Nós precisamos de guardas municipais com condições físicas de conter invasão de plenário, pois tem vereador hoje aqui que invadiu o plenário, tem gente que estava junto com o vereador que agrediu Guarda Municipal. E aí, na hora de falar sobre discriminação, muito me espanta que esses vereadores não foram solidários com guardas até idosos que apanharam de militantes jovens, mas que se tivessem colegas com menos idade e mais virilidade para ajudá-los, talvez eles não tivessem apanhado. Então defender que pessoas com melhores

condições físicas e menor idade possam estar em serviço é inclusive um resguardo para que os mais velhos possam executar sua função, possam transmitir sua experiência, sua maturidade, e que, portanto, seja um efetivo com mais condições de fazer seu trabalho. E, claro, a gente gostaria que a nossa Guarda Municipal pudesse ter condições cada vez melhores de executar o seu trabalho, afinal de contas, é nisso que a Câmara tem investido, tem confiado nesses últimos anos, e seguiremos defendendo e apoiando para que a nossa Guarda Municipal seja cada vez mais atuante e tenha condições de fazer seu trabalho. É isso que Porto Alegre precisa, e eu cumprimento a Secretaria de Segurança e os vereadores que aqui defenderam essa proposição pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 028/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, uma boa tarde, senhoras e senhores vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste através da TV Câmara e das plataformas digitais, da nossa RadioWeb, temos que elencar aqui também uma coisa importante: o Supremo Tribunal Federal já tem súmula, já tem decisão na questão da idade da Guarda Municipal. Uma guarda que deixou de ser uma guarda patrimonial e passou a ser uma guarda policial; deixou de ser uma guarda que cuida de acesso a prédios públicos para ser uma guarda que cuida do público, de nossas praças, nossas escolas, nossas avenidas. Virou corriqueiro a gente ver a atuação da Guarda Municipal em conjunto com a Brigada Militar, virou corriqueiro nós vermos, em vários locais da cidade de Porto Alegre, inclusive nas praças e parques, a Guarda Municipal exercendo o seu papel de polícia. Hoje, a nossa guarda não anda só com os porretes e cassetetes, a nossa guarda hoje anda armada, com armas até de grosso calibre como anda a Brigada Militar, como andam outros setores da segurança pública. Eu não imagino, uma pessoa da minha idade, Vereador Moisés Barboza, do meu porte, vereador Mauro Pinheiro, correndo atrás de um menino de 14, 15, 16 anos que pichou um prédio público, ou ele dizer para mim: "Sobe aqui, tio, para me buscar." Não imagino isso, então, realmente nós temos que permanecer com os guardas que já entraram; permanecer com os guardas que estão na nossa Guarda Municipal. Mas, no próximo concurso, por orientação do Supremo Tribunal Federal, colocar pessoas que façam a projeção da sua idade, que está acompanhando os pichadores, que está acompanhando toda a rotina da nossa cidade, nas portas das escolas nas praças, nas nossas avenidas. Nós precisamos realmente renovar, nada contra, principalmente, os quadros da Guarda Municipal, que aqui na Câmara de Vereador atuam. Os senhores sabem a necessidade de ter alguém mais jovem ao lado, ter alguém com o pensamento mais jovem. Agora imaginem, eu numa moto - me pego por exemplo, para não querer citar mais ninguém - tentando andar no trânsito de Porto Alegre, tentando fazer uma perseguição. Então tudo isso dificulta a nossa vida, eu não entendo até hoje quem disse que depois dos 55 é a melhor idade, eu não entendi até hoje esse negócio de melhor

idade, estou procurando a melhor idade. Eu acho que é uma idade de conhecimento, uma idade de intelecto maior, agora a gente vai tendo as nossas limitações físicas, nós vamos ter as nossas limitações. Então não podemos ter alguém que vai segurar, garantir, que esse virou o papel da Guarda Municipal! A vida das pessoas, não tendo as condições adequadas para isso. Então uma Guarda que foi criada para ser Guarda Patrimonial e hoje passou a ser um agente de segurança efetiva. Volto a afirmar aqui: com algemas, com armas até de grosso calibre, exercendo o seu papel de polícia. Não é discriminação, não é nada, é necessidade do exercício de uma profissão. Nós não vamos ter uma pessoa numa academia, com 60, 70 anos, sendo um *personal*, nós não vamos encontrar essa pessoa lá fazendo exercícios. Só se encontrar um, num universo de centenas de milhares. E nós não podemos ter, cuidando da nossa vida, um universo desses. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra encaminhar a votação do PLE n.º 028/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Presidente, colegas, é realmente incrível a gente ver aqui, às vezes, a falta de conhecimento ou até má vontade de alguns colegas. Às vezes, até a discriminação contra a Polícia Militar, vamos aqui falar. Por que desde quando idade tem a ver com o militar? Desde quando nós estamos falando em militarizar a Guarda Municipal? Nós aqui estamos falando de uma idade máxima para ingresso na Guarda Municipal, ponto. Às vezes me parece que tem que desenhar para alguns colegas aqui, porque eles não entendem ou querem se fazer não entender, só pode. Desde quando idade é característica militar? Nunca vi isso! Realmente têm colegas aqui que, para algumas coisas, eles querem que tenham cuidados próprios e para outros não. Vereador Jonas veio dizer aqui que a criminalidade acontece por conta das armas - não, vereador - e que o poder público não age na parte social, é um pouco. Mas a arma não aumenta a criminalidade, infelizmente, tem vereador que é desarmamentista e acha que a arma mata. Não, a arma - só para explicar para os senhores - é um instrumento que, se eu deixar ela aqui em cima, uma arma em cima de qualquer uma das mesas, não vai matar ninguém absolutamente. A intenção de matar é da pessoa que vai pegar esse instrumento e vai atirar. Eu já vi pessoas mortas com faca, com chave de fenda, com espeto de churrasco, inclusive, mulheres vítimas de violência. Agora arma é algo que equilibra forças; arma é um instrumento de trabalho; não é demonizado, como alguns colegas querem demonizar. E tampouco a questão militar é ruim, bem pelo contrário, me parece que têm alguns colegas que são avessos à disciplina, às condições de regras, aos limites. E nós estamos falando aqui sobre limite, sobre regra. A regra para entrar na Guarda Municipal vai ser 25 anos, é assim que funciona. Regras acontecem em todos os lugares, senhores, acontecem dentro de casa; acontecem na universidade; acontecem aqui dentro. Tem que ter regra! Regra também para ingressar na Guarda Municipal, e vejam, ninguém quer a Guarda Municipal igual à

Brigada Militar, até porque está bem longe de ser igual. Mas, nós queremos uma Guarda Municipal que tenha condições de enfrentar, bem como falou o Ver. Camozzato, que eu parableno, enfrentar invasores aqui da Câmara. Que invadem a Câmara, batem, sobem e acham que são os donos do pedaço. Eu quero a Guarda Municipal com condições físicas, de, sim, poder parar uma agressão de uma criança numa escola. Isso são regras, são limites, mas entendo a dificuldade de alguns vereadores, de não querer regras, que regras fazem doer, regras fazem com que uma sociedade seja forte, seja empreendedora e vá para a frente. Então, queridos, deixa eu ver o que mais anotei aqui. Ah! Eu também não vi, os vereadores que não querem a idade de 25 anos, reclamarem quando um vereador aqui foi racista para com o guarda municipal, aqui na entrada da Câmara, na Legislatura passada.

Foi extremamente racista com o guarda municipal. "Ah! Mas aí pode; aí é da nossa turma pode". Não pode, gente, não pode nem para um lado nem para o outro. Então é sim, sim nós precisamos a Guarda Municipal com uma idade para entrar, tem que ter limite, tem que ter regra. E isso é o que nós precisamos, e mais do que isso, é com a Guarda capacitada, com preparo físico e psicológico, que nós vamos melhor atender a população de Porto Alegre. Votemos, sim, para que esse concurso saia o quanto antes, porque Porto Alegre tem pressa. E a Guarda Municipal merece toda nossa admiração e carinho. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 028/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO** o PLE nº 028/21.

## VOTAÇÃO

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0028/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal, que inclui inc. VI no *caput* do art. 216 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, acrescentando procedimento durante a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Rio-Grandense no rol de deveres dos vereadores. **(SEI 038.00002/2021-12)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- votação nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, II, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PR nº 002/21. (Pausa.) Como se trata de alteração no Regimento, já foram realizadas as duas sessões de discussão. No presente momento, será feita apenas a votação, cabendo ainda encaminhamentos.

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Colegas vereadores e vereadoras, as sessões plenárias são atos oficiais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, principalmente considerando que esta Câmara é a Câmara da capital do Rio Grande do Sul, para toda a sociedade, para todo o povo gaúcho, e nelas há um regramento mínimo para o comportamento dos parlamentares, que devem seguir a chamada liturgia do cargo. Um bom exemplo disso que falo é a execução dos Hinos, que são símbolos pátrios, e isso deve estar claro no Regimento interno, que é a lei maior do nosso Legislativo. Não há margem para cada um decidir como se comportar na execução dos nossos Hinos, não cabe discutir, a postura é um princípio básico. Como boa filha de militar, desde criança aprendi a respeitar e valorizar os símbolos da Pátria, aprendi a cantar o Hino Nacional contemplando a bandeira do Brasil, inclusive colocando a mão no coração. Sinto-me especialmente honrada em manifestar esse sentimento que foi me passado pelo meu pai, coronel Pedro Américo Leal. Como é importante uma nação cultivar os símbolos que representam a sua identidade, eles se traduzem em respeito, e isso contribui de forma significativa para a formação de cidadãos com noções mais sólidas de civismo e amor à Pátria.

Eu solicito a todos os vereadores desta Casa que, assim como eu, tem amor à sua terra, à sua Pátria, ao seu Estado, à nossa aldeia, que votem a favor deste projeto que inclui no nosso Regimento a postura respeitosa de cantarmos, de assistirmos à execução do Hino Nacional e do Hino Rio-Grandense em posição de respeito. É o mínimo. Pois não, Ver.<sup>a</sup> Nádia.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, eu só quero fazer um aparte na sua irretocável fala: dizer que a senhora está coberta de razões. Nós, vereadores, somos...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Desculpe, vereadora, não há aparte no encaminhamento. Peço desculpas.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Mesmo assim, eu compreendo e quero finalizar, Presidente Márcio, dizendo que o Hino brasileiro, juntamente com o Hino Rio-Grandense, são símbolos que representam a Nação brasileira e o Estado do Rio Grande do Sul, a Pátria e a terra que nós amamos tanto e respeitamos, expressando o espírito cívico de cada um. Nesse sentido, impõe-se que todas as pessoas, especialmente os legisladores, como representantes da população que são, devem guardar posição de respeito durante a sua execução.

Finalizo aqui dizendo que tem um ditado muito antigo, e ele é extremamente verdadeiro: “as palavras convencem, mas o exemplo arrasta”. Precisamos dar esse exemplo para a população, para os porto-alegrenses. Obrigada. Por favor, votem “sim”.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 002/21.

**VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL):** Boa tarde vereadores e vereadoras; boa tarde, Presidente. Queria iniciar minha fala, primeiramente, saudando Oliveira Silveira, que foi um escritor gaúcho e principal liderança do Grupo Palmares, alguém que orgulha muito a luta do povo negro aqui no Rio Grande do Sul, especialmente na cidade de Porto Alegre, em que a data do 20 de novembro se iniciou nacionalmente. Eu gostei da última fala da Ver.<sup>a</sup> Mônica, porque ela falou que a palavra convence e o exemplo arrasta, e nós precisamos de palavras, mas também precisamos de exemplos antirracistas dentro da Câmara de Vereadores. Não é exemplo antirracista, muito menos defender o povo negro, que se sente ofendido com o trecho “povo que não tem virtude acaba por ser escravo”; defender que nós tenhamos que nos manter em pé enquanto é cantado um trecho que ofende a integridade da bancada negra, que não se sente à vontade, mas também de metade da população brasileira que é negra, nós não estamos tendo um exemplo antirracista, que é o que nós precisamos. Nós precisamos de exemplos na nossa sociedade que defendam um povo e não o ataque. Também entendo, enquanto estudante de direito, que eu acredito que não é obrigatório ficar de pé, se eu tenho meu direito livre de não querer permanecer de pé, ainda mais nessa condição. Nós precisamos honrar aqueles que nos antecederam, por isso nós temos vereadoras como a Karen, a Bruna, a Daiana, o Ver. Mateus, que está de licença – hoje eu estou aqui assumindo o seu lugar –, e nós precisamos de políticas que defendam. Me entristece muito entrar dentro da Câmara de Vereadores, eu, que sou moradora da periferia, e ter que estar debatendo esse tipo de projeto de lei, enquanto o desemprego está nas alturas, o transporte público está lotado e agora nós estamos com problemas graves, afinal, esta Casa e o governo Melo privatizaram a Carris, tiraram os cobradores de ônibus, fazendo



com que o povo seja ainda mais atacado. É necessário que esta Casa tenha propostas e propostas para a população negra, e isso, me desculpe, não é uma proposta que o nosso povo quer lutar. A gente quer proposta para o nosso povo ter qualidade de vida do lado de fora da Câmara, porque aqui, toda vez que eu entro, a gente tem qualidade – tem cadeira boa, tem café –, mas o povo lá fora está sendo massacrado por conta do nível de desemprego.

Respeito a proposta da Ver.<sup>a</sup> Mônica, nós temos nossas divergências políticas –isso não é novidade –, mas nós precisamos respeitar a nossa bancada negra, os vereadores e vereadoras negras que hoje estão nesta Casa, por isso eu peço aos vereadores e às vereadoras que votem contra esse projeto, porque nós, população negra, metade – como eu já disse – do povo brasileiro, é contra essa obrigação de ficar de pé para cantar um Hino que tanto ataca o nosso povo. Eu não poderia falar do Hino do Rio Grande do Sul sem lembrar dos Lanceiros Negros, que são aqueles que fizeram parte da luta do Rio Grande do Sul e que estão apagados historicamente. Nós precisamos lembrar deles com muito orgulho, que fez parte da luta deles também que hoje nós estivéssemos aqui.

Queria agradecer a atenção dos vereadores e das vereadoras e pedir para que encaminhassem a votação contra.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 002/21, pela oposição.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Tanta coisa para a gente estar discutindo nesta Casa, no sentido dos problemas reais que a nossa cidade vem enfrentando, ter que subir aqui para discutir o que, do ponto de vista da comunidade negra e de um setor significativo do movimento tradicionalista, vem se refletindo dentro dos marcos do resgate da história do Rio Grande do Sul e, principalmente, da contribuição negra para a constituição do nosso Estado, não só do nosso Estado, da nossa Nação. “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo”, o Brasil é o país mais negro fora do continente africano. “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo”, o Brasil, que tem uma dívida histórica, um dos últimos países a abolir a escravidão. “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo”, o Brasil que, em 1930, mandou um representante do estado para comparecer no congresso das raças, na Alemanha, que foi um dos fundadores do racismo científico, que coloca a raça branca acima de todas as demais raças. A criação do racismo não foi feita pelo povo trabalhador; a criação do racismo foi feita em espaços esse, institucional, em espaços de pesquisa, em espaço universitário, mas cabe a nós, comunidade negra, comunidade tradicionalista, reivindicar o legado de construção, de contribuição do nosso povo para o Estado do Rio Grande do Sul. É inadmissível a gente estar, de uma forma autoritária, de uma forma que não abre debate, não tem audiência pública, não tem processo de convencimento, não tem espaço de debate, é simplesmente uma imposição em cima de algo que vem

sendo construído, a duras penas, há 50 anos, pelo Grupo Palmares, pelo Oliveira Silveira, uma reflexão em relação à nossa própria história! É isso que a Ver.<sup>a</sup> Mônica quer nos tirar, é sobre isso, esse projeto de lei, uma forma autoritária, uma forma burra, uma forma que abre mão de fazer um debate, não conosco, vereadores, mas com uma comunidade, num movimento tradicionalista que está se enxergando, que está se refletindo, que está se modificando. Vem falar de simbologias? O que foi o nazismo na Alemanha? Vamos reivindicar a suástica agora, porque era um símbolo e símbolo não se discute, não se ressignifica, não se cancela? Nesse sentido, reivindicar as coisas porque são, porque têm que ser, tem que ficar de pé, tem que cantar, não abre espaço para o contraditório, não abre espaço para reparação que o Estado brasileiro tem que fazer em torno do assassinato, da tortura, do estupro de pessoas negras. Quem não tem virtude é quem escraviza, quem não tem virtude é quem colonializa, quem não tem virtude é quem quer impor as coisas na marra, porque aqui dentro tem correlação de força, mas o povo brasileiro, majoritariamente negro, majoritariamente oriundo de África, vem se reconhecendo cada vez mais. Esse é o medo desses estadistas, é esse o medo! Hoje a gente quer uma modificação simbólica; amanhã a gente vai querer propriedade, propriedade coletiva, empreendimentos, recursos, porque é essa a dívida que vocês têm relação ao nosso povo. Pode até mudar na letra fria da lei, mas o movimento vai continuar, a gente nunca precisou da autorização de vocês para fazer as modificações necessárias no marco da nossa história, no marco das nossas reparações e dos nossos espaços civilizatórios. Esse é o meu encaminhamento contrário a mais esse absurdo de quem não tem o que fazer e fica querendo impor regras que não contribuem em nada para a melhoria do povo negro, que é desse povo que eu quero falar: o que isso traz para o povo negro no sentido da reparação da sua história, do seu legado? Povo que não tem virtude é quem quer escravizar, povo que não tem virtude é quem quer impor por lei obrigatoriedades que não desenvolvem consciência crítica em relação à história do seu próprio País. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Uma questão de ordem, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal?

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Uma Questão de Ordem, Presidente. Eu gostaria que a Ver.<sup>a</sup> Karen retirasse das suas falas “forma burra” e “quem não tem o que fazer”, porque, se tem algo que não acontece nesta Casa, é “forma burra”, ninguém aqui está na casa da mãe joana. Eu aceito que não concordem com projeto, aceito críticas, desde que todas respeitadas e não dessa forma como ela utilizou a tribuna do Legislativo da capital do Rio Grande do Sul.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Está feito o registro e o apelo para que a Ver.<sup>a</sup> Karen retire a expressão “forma burra”. Fica registrado.

A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 002/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, colegas, eu reitero a necessidade desta Casa Legislativa se voltar para coisas relevantes e importantes que tratam de temáticas fundamentais da cidade. Ontem recebi no meu gabinete trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem da cidade, que têm tido o seu pão de cada dia comprometido pelas multas que o Executivo tem implementado. Na minha opinião, garantir a existência e a sobrevivência das pessoas deveria ser um compromisso desta Casa. E o que esse projeto trata, Ver.<sup>a</sup> Mônica, com todo o respeito que eu tenho a ti, é da obrigatoriedade de mulheres como eu seguirem sendo violadas, violentadas dentro de um espaço institucional. Eu não canto o hino do Rio Grande do Sul desde os meus 14 anos! Quatorze anos! Porque eu entendo quem é esse povo, que não tem virtude e acaba por ser escravo, porque vivo as consequências dessa escravização até hoje, quando nas nossas comunidades os jovens negros e negras são os que menos têm oportunidade. Portanto, venho encaminhar de forma muito veemente a contrariedade a esse projeto. Não me levantarei diante desse hino, porque ele é racista! Ele é racista na sua estrutura, como o racismo estrutural que impera dentro de casas legislativas como esta. É inadmissível que a gente esteja debatendo hoje aqui a obrigatoriedade de cantar o hino do Rio Grande do Sul. A Universidade Federal já não obriga mais, a Universidade Federal entendeu o papel histórico que tem o hino do Rio Grande do Sul. O que nos une é o hino nacional que é a nossa bandeira máxima, que todas e todos devemos sim ficar em pé, mas que não nos obriguem a nos violentar, não nos obriguem a reafirmar a escravidão que esse País colocou o povo negro. Ver.<sup>a</sup> Mônica, com todo o respeito, esse é um projeto que violenta, que viola a dignidade do povo negro. Há muito tempo nós acumulamos, nesse sentido. E venho a essa tribuna dizer que se essa é uma forma de discutir a necessidade da moralização dos espaços institucionais, na minha opinião, é uma forma muito equivocada, é uma forma desrespeitosa de desconstruir as nossas identidades, as identidades coletivas que o povo negro há muito pouco tempo tem conseguido acumular. Nós ainda falamos de forma muito recente da nossa identidade, porque até isso, até a nossa identidade foi retirada; a chance de nós podermos nos reafirmar... Eu tenho certeza que se esse plenário fosse negro, nós não estaríamos discutindo esse projeto, porque ele seria uma afronta à história daqueles e daquelas que deram as suas vidas pelo Rio Grande, que deram suas vidas, aliás, que tiveram as vidas tomadas. Há dias atrás, nós vivenciamos aqui o 20 de setembro, e quando utilizei a tribuna falei da hipocrisia que era ter uma grande atividade solene, mas que no dia a dia este plenário é um plenário que nos violenta e viola constantemente, que nós não podemos aceitar, não pactuaremos, não me levantarei, a nossa bancada seguirá sentada diante desse hino racista.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 002/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** É difícil falar do projeto, porque a Ver.<sup>a</sup> Mônica, acho que todo mundo aqui da oposição e da Casa sabem o quanto ela é democrática, e é uma pessoa... que é verdade, é verdade, é verdade, a gente tem que falar a verdade; uma pessoa muito democrática, argumenta; diferentemente... Agora não vou falar nada - depois dá problema. Mas, infelizmente, Mônica, vou ter que defender a contrariedade, o projeto, não a pessoa, mas o projeto; o projeto, no nosso entender, gera uma violência em relação à população negra do nosso Estado. Se existe algo que agride um determinado grupo, nós na nossa posição privilegiada temos que ter cuidado se aquela ação vai gerar uma repercussão em pessoas que estão sentindo aquilo. Se depois de muitos anos de debate, se chegou a um consenso - praticamente um consenso - do Movimento Negro de que o nosso hino é racista, e se nós formos analisar a frase em tela, de fato, tem um cunho racista, nós não podemos obrigar aqueles que se sentem agredidos a participarem da execução desse hino, ou admitirem a relevância do hino, ou não debaterem a possibilidade de mudança desse hino. Durante muitos anos nós não discutimos os Lanceiros Negros, nós não debatemos o Massacre de Porongos, nós não debatemos o papel do negro na Revolução Farroupilha, nós não tivemos uma série de debates relevantes sobre a escravidão, durante toda a Guerra dos Farrapos. E aí guerra, ou Revolução Farroupilha, isso vai modificar de acordo com o entendimento de cada teórico. Mas no nosso entendimento, é preciso que se respeite e se considere o lugar de fala e o espaço de cada população, de cada grupo na nossa Casa. E no nosso entender, obrigar aqui que se tenha alguma postura, ou que se levante, ou enfim, que participe da execução do hino, isso acaba sendo uma dupla agressão à essa população, a essa bancada, principalmente, nesse momento. E por isso, nós encaminharemos o voto contrário ao projeto e pedimos que, de repente, a gente possa dialogar para que seja retirado, enfim. E que a gente faça um debate também sobre o texto que consta no nosso hino. Eu não nego o hino do Rio Grande - nosso hino rio-grandense -, não nego a relevância que nós temos de diversos símbolos; podemos discordar da origem desses símbolos, que vêm do positivismo, que vêm da família imperial. Mas enfim, isso faz parte de uma nação, gostemos ou não, mas quando tratamos de uma situação como é o racismo, como é a violência imposta a um determinado grupo, nós temos que nos posicionar de forma crítica, nos posicionar solidários. É isso que nós faremos, simbolicamente, votando contrários a esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 002/21.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, boa tarde a todos. É uma satisfação muito

importante grande estar votando esse projeto, que é muito importante, porque política se faz com o exemplo, e nós temos que dar exemplo para as pessoas que estão em casa, dar exemplos para as nossas crianças. Um projeto semelhante ao da Ver. Mônica, é o meu que visa colocar, uma vez por semana o hino nacional e o rio-grandense nas nossas escolas municipais. Eu lembro do tempo que eu estudava para concurso público.... Eu nasci na Bahia; os símbolos nacionais: a Bandeira, as armas e os hinos. Isso visa a dar um equilíbrio social para as nossas crianças. Porto Alegre, por exemplo, está em penúltimo lugar no *ranking* das capitais, porque as crianças não sabem português, matemática; a escola, em geral, onde aluno não respeitar o professor - nós temos que dar exemplo para as nossas crianças, buscar o equilíbrio, colocar uniforme, colocar o hino nas escolas, e começando aqui nosso regimento interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Brilhante ideia da Ver.<sup>a</sup> Mônica - quatro mandatos! Eu vejo vereador da esquerda ultraradical aqui debochando, desrespeitando ela, não cabe isso! A emenda da vereadora é excelente e vai ser aprovada aqui na Casa. Se o pessoal não concorda com o hino... Eu sou a favor de fazer um debate e se mudar o hino, mas por enquanto é esse o hino, e tem que ser respeitado! O debate para mudar o hino, é outro debate. Aqui, a inclusão do hino no regimento interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Então, eu fico muito preocupado, quando a esquerda ultraradical que defende a desmilitarização da polícia, a liberação das drogas e outros assuntos aqui polêmicos, e é contra o hino no regimento interno. Então, Ver.<sup>a</sup> Mônica, pode contar com o meu voto, da bancada do PSL e da maioria dos vereadores para ser aprovado, e peço aos colegas que na hora de votar, votem a favor desse projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica, porque é muito bom e é um projeto que o *start*, o início, por exemplo, para as nossas crianças e para quem está nos assistindo pela TVCâmara.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Só para registrar, o Ver. Alexandre Bobadra falou que a oposição estava debochando da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Lamento, Ver. Alexandre Bobadra, mas a oposição não estava debochando em nenhum momento; divergência não é deboche. Todos nós respeitamos muito a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Não houve isso. Só para registrar.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 002/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Presidente. Bom, antes de mais nada, é importante a gente dizer que o racismo deve ser condenado veemente, mas realmente, aonde ele está, não aonde as pessoas acham que ele vai estar. E eu quero dizer aqui - eu estava falando até no microfone de apartes, até nem sabia que era encaminhamento - que a fala da Ver.<sup>a</sup> Mônica foi irretocável e que eu gostaria de estar aqui lhe falando que estarei dando o meu voto "sim, até porque aqui há um problema semântico, de interpretação. A expressão "escravo" não tem relação com

negros ou qualquer povo vítima de exploração na história contemporânea, mas, com o conceito grego, de *doulos*, que separava os cidadãos livres e aptos a participarem das decisões políticas daqueles despidos de tais direitos. Não havia relação com a cor ou a religião do cativo, mas com a obediência a ordens em decorrência de dívidas, batalhas, com a submissão às ordens de um senhor. Esse é o sentido do termo em nosso hino. Os gaúchos viviam um período difícil de crise financeira, forçados a pagarem cada vez mais impostos ao governo imperial que não dava nenhuma contrapartida. A canção, o nosso hino, conta exatamente esta história de um povo que cansou de obedecer cegamente a um governo tirano e decidiu lutar pelos seus direitos. E os bravos Lanceiros Negros que merecem todas as nossas homenagens, que a história lhes conferiu e que, muitas vezes, passaram despercebidos, fazem parte dessa luta e irrisignação peculiares dos gaúchos, pois lutavam pela defesa também da sua liberdade. Povo que não se insurge contra a violação a seus direitos e liberdades individuais é um povo que se torna cativo de governos tirânicos. Essa é a essência da Guerra dos Farrapos e que a esquerda tenta apagar em uma manobra para evitar que os cidadãos, hoje, livres, questionem o que for considerado verdade absoluta por seus líderes politicamente corretos. O que mais seria a cultura do cancelamento senão proibir que determinadas assuntos sejam discutidos? O Hino Rio-Grandense cultiva os princípios virtuosos de cada homem, que um povo se mantenha em liberdade através da capacidade de decidir, seguindo seus próprios valores. Nós falamos de valores, o povo judeu também foi escravizado e tantos outros povos ao longo da história. Inclusive, uma parte que foi retirada do hino fala bem que não é contra o negro, era a parte que dizia assim: “Entre nós, reviva Atenas, para assombro dos tiranos. Sejamos gregos na glória, e na virtude, romanos.” Então, queridos, eu gostaria também de ver aqui que esses detalhes de que o hino é racista fossem feitos de uma outra forma, onde existe racismo mesmo, onde existe a não valorização do pessoal negro, das pessoas negras. Eu gostaria de ver o PSOL e o PT com os líderes negros da sua frente, eu gostaria de ver a oposição com uma mulher ou um homem negro, e nós não vemos, vemos homens brancos. Isso, sim, para mim é desprestígio. Por quê? Se falam tanto? Mas, enfim, é escolha, e eles que se entendam. Agora, antes de mais nada, querem ficar sentados, saiam do plenário. Aqui, nós somos exemplos, Ver.<sup>a</sup> Mônica, exemplos para a sociedade, e o hino ainda continua sendo uma das nossas maiores simbologias, o símbolo do povo gaúcho que não deve ser menosprezado, muito menos nesta Casa Legislativa, que tem como responsabilidade fazer o legal. E está escrito que, no Hino Nacional, as pessoas mantenham uma posição de respeito e em pé, e assim nós devemos fazer. É "sim", Ver.<sup>a</sup> Mônica, parabéns pelo seu projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PR 002/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 22 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO** o PR n° 002/21.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 043/21, por uma sessão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. N° 0880/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N° 027/21**, que institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Vegetal (SIMVEGETAL) produzidos em Unidades de Beneficiamento Artesanal de Pequeno Porte (UBAPP), no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00266/2021-69)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

#### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 01-12-21 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLE n° 027/21. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** (Problemas na conexão.) ...cidade, atende pequenos produtores. Esse certificado faz com que eles possam vender os seus produtos na grande Porto Alegre, por exemplo. Acho que devemos votar o projeto... (Problemas na conexão.) ...cidade, principalmente, para os pequenos produtores. Os produtores rurais de Porto Alegre têm muito a ver com esse projeto, e nós vamos apoiar essa nossa zona produtora rural. É importante que se tenha o

certificado, e este PL vai legitimar uma atividade que os pequenos produtores têm e terão, legítimos, doravante, a partir da aprovação desta lei. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLE nº 027/21.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB):** Boa tarde a todos que nos ouvem pela TV Câmara e aos colegas que estão presentes aqui. Eu quero destacar que o SIM Vegetal, assim como o SIMPOA – que a gente apelidou, carinhosamente, de SIM Animal –, são dois projetos extremamente necessários para que a gente consiga gerar emprego e renda na área rural de Porto Alegre, para que a gente consiga resgatar a dignidade de muitas pessoas que conseguiam produzir e comercializar seus produtos há 10, 15, 20 anos, e que hoje, devido a uma série de burocracias, estão impedidas de fazê-lo. Isso vai trazer mais gente, mais produção, mais dinamismo para nossas feiras, a gente vai poder diversificar a quantidade de produtos e a gente vai poder mostrar o que a gente faz de melhor artesanalmente. O meu sonho é ver que a gente, um dia, produza na área rural de Porto Alegre, que a gente consiga mostrar laticínios de todos os tipos, queijos artesanais, que a gente tenha feiras de queijos artesanais, assim como a gente tem o Festival de Cerveja Artesanal, ou seja, todas essas coisas de bem que são feitas. Assim como a gente diversificou e deu o direito das microcervejarias se instalarem em Porto Alegre, para produzirem e comercializarem livremente, devemos ter também liberdade de produção para todos os produtos artesanais da área rural de Porto Alegre, sejam eles fiambres, queijos, geleias, pães especiais. Vocês conseguem visualizar a revolução que vai ser? Porque nós vamos poder incrementar os produtores locais para atrair mais turismo para aquela região, para fazer com que as pessoas passem mais tempo dentro das casas, das fazendas, dos pequenos sítios, das chácaras, provando os produtos.

A gente vê com muito bons olhos esse tipo de projeto, pois ele vem ao encontro de toda desburocratização que Porto Alegre já vem promovendo, desde o início desse mandato, em diversas áreas. Eu quero aqui dar parabéns ao pessoal que está diretamente envolvido nesse projeto, ao pessoal do CAD, que está aqui nos acompanhando, ao pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, pelo simples motivo de que as pessoas que fazem esse trabalho tão maravilhoso, que já foram perseguidas em gestões passadas... O CAD foi quase extinto, foi deixado à míngua para ver se quebrava, se fechava de vez, na gestão passada, e hoje a gente luta para levantar aquele potencial, aquela ferramenta de desenvolvimento para a área rural de Porto Alegre, pois a gente quer, sim, criar mecanismos para que o CAD possa se autossustentar ou gerar renda, para que possa consertar o teto que está ruim, ou pintar as paredes, ou incrementar os laboratórios de produção, para ajudar os produtores que o procuram por causa de mudas, porque querem aprender a fazer uma geleia da forma correta, porque querem aprender a comercializar o seu produto. Esse pessoal está lá



sempre disponível, mesmo sem os recursos necessários. Vocês estão de parabéns, e a gente está aqui para apoiar o trabalho de vocês. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLE nº 027/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 30 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** **APROVADO** o PLE nº 027/21.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0702/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 286/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mari Pimentel que institui a Política de Transparência nas Escolas Públicas do Município de Porto Alegre. (SEI 211.00041/2021-90)

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- adiada a discussão por uma Sessão em 29-11-21;
- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 286/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, que acompanha esta sessão, nós estamos aqui diante de um projeto que parece querer ajudar. Essa é a intenção, sempre, de todos os projetos. Todos os políticos dizem: “Nós queremos ajudar a sociedade, nós queremos melhorar a sociedade, nós queremos mudanças, agora vai!” Foi assim em 2018, e o Brasil foi para o buraco com o bolsonarismo. E em tudo que o bolsonarismo representa, o NOVO está sempre junto, é braço auxiliar. O partido NOVO tem sido um puxadinho do bolsonarismo. O Bolsonaro os usa a hora que quer, a hora que pode, e de vez em quando, bota eles de lado. Às vezes eles aparecem, resgatam uma

postagem do Amoedo de dois anos atrás, às vezes eles trazem um deputado estadual, um federal, alguma coisa, fazem um passeio aqui, um passeio ali, tiram fotografias, mas o fato é que esse partido de novo não traz nada para sociedade; não traz, não ajuda, não contribui, não melhora, às vezes, atrapalha – e aí que é ruim.

O projeto fala em transparência – olha só, uma palavra bonita – nas escolas. Mas eu não vejo o partido NOVO vir aqui nessa tribuna apontar o dedo para a Secretaria de Educação, que está, até hoje, com falta de professores nas escolas. Até hoje! Acabei de vir da escola Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, e lá não tem supervisor escolar desde o início do ano! Isso o partido NOVO não mostra. Essa transparência, do que falta dentro das escolas, que é falta de RH, eles não querem, e aí vem falar que querem que seja exposto publicamente quantos professores têm, a assiduidade dos professores, encargos, mas não fala que a diretora da Gilberto Jorge está fazendo 80 horas de trabalho. Essa é a transparência do partido NOVO? Não digam que vocês não sabem, porque vocês estão aí com o governo Melo. Uma diretora tendo que fazer o papel de supervisora, e aí o partido NOVO, em vez de mandar um pedido de providências para Prefeitura, pedindo para recompor os quadros... Porque está terminando o ano letivo, está encerrando o ano letivo, Ver.<sup>a</sup> Karen, está encerrando, e faltam professores de matemática, de português, falta lá em cima, no morro, falta lá embaixo, na planície, na Restinga; faltam, em todos os lugares, professores. Cobrar? Eu não vi o partido NOVO subir aqui e cobrar o concurso público que foi feito! Juntaram as áreas de ciências da natureza, química, física e biologia, fizeram um concurso malfeito, porque tinha mais questões de biologia, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, do que de física e química. Cadê a equidade na competição? Fala-se tanto em competição e liberdade. Os professores de química e física foram condenados, não tiveram direito de competir no mesmo patamar que os professores de biologia. Então, a liberdade é só para alguns, o discurso da liberdade é só para alguns.

Eu acho que o mundo é, sim, feito de contradições. Está aí. Hoje o partido NOVO com um projeto aqui, envolvido em suas contradições: estar como o Melo, que faz faltar professores nas escolas, e apresentar um projeto pedindo que bote isso em praça pública, que exponha, na frente da escola, para todo pai e mãe que chegarem: “faltam tantos professores de matemática, tantos de português”, é isso o que eles querem. E cadê o concurso público? Cadê o RH da SMED trabalhando para tapar esses furos? Nós estamos sem concurso público há sete anos, há sete anos! É isso que temos que cobrar, é essa transparência que eu gostaria de ver da boca do partido NOVO, esse partido que propõe este projeto. É o que eu dizia no início: tudo parece bonito na letra fria dos projetos de lei; agora, a prática real do que temos mesmo na escola, da falta de RH... Gente, vejam só! A EMEI Vila Nova Restinga está sem professor de música. Isso é cobrado aqui? Não é cobrado, porque para o filho do pobre da Restinga não precisa ter educação musical, mas eu digo para vocês, Ver.<sup>a</sup> Daiana, que é muito importante educação artística em todas as idades. É essa transparência que eu queria ver. Essa transparência que, tantas e tantas vezes, não só neste governo, já fui ao Ministério Público buscar, a transparência dos atos de gestão. Não podemos deixar faltar professores e professoras nas escolas, mas, para isso, é preciso concurso público.

Quando o partido NOVO lutar por concurso público, poderá ter o meu voto; do contrário, é só discurso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Claudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** Em votação o PLL nº 286/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, Presidente e público que nos assiste pela TVCâmara; eu gostaria de reforçar que isso aqui não é um projeto de governo, é um projeto de educação, um projeto de Estado, um projeto de longo prazo para a educação, porque nós temos uma carência muito grande no Município, no Estado e também no Brasil de ter uma política de Estado para a educação. Por isso esse projeto de transparência na educação transcende o governo Melo, transcende qualquer governo, e é algo que eu quero construir para ter a aproximação da educação com a comunidade escolar. Não é um projeto da vereadora do partido NOVO e não é um projeto da Mariana-vereadora, é um projeto para toda a comunidade escolar, é um projeto para que pais e mães consigam ir na porta da escola e ver que faltam professores, é um projeto para que os pais consigam participar da educação dos seus filhos, é um projeto para que o pai que veja que a escola não esteja cuidada consiga cobrar do diretor. Se tem dinheiro na conta, ele deve ser utilizado para benfeitorias na escola, é um projeto para cobrar que, se o professor não está indo na escola, a SMED deve sim colocar um outro professor, porque o aluno precisa ter direito a professor em sala de aula. Então é com muita tristeza que eu vejo uma distorção num projeto de transparência, principalmente por uma bancada de oposição que, por vezes, não gosta de transparência. Mas eu gostaria de reforçar que gostaria de ter os votos da oposição, da situação e de todos os vereadores aqui que compreendem que a educação não é um projeto de governo, é um projeto de Estado, que depende de nós todos, para que mude nos próximos 10, 20 anos. Realmente, é só com a participação da comunidade escolar, pais e mães, que nós conseguiremos mudar isso.

Gostaria de falar também, Ver. Janta, que está presidindo a sessão, que estamos incluindo as crianças especiais, porque, sim, é um direito todo pai e toda mãe de criança especial saber se existem monitores naquela escola, saber se existem crianças especiais e se estão sendo atendidas por monitores. Eu reforço: não é um projeto de curto prazo, é um projeto de longo prazo que irá abranger todas as crianças do nosso Município. É triste a gente ver uma distorção num projeto que vem tão íntegro, com tanta boa vontade de trazer, realmente, a educação com transparência, a aproximação de pai e mãe, a cobrança da Secretaria de Educação.

Eu gostaria de contar com a presença de todos nesta votação, situação ou oposição, e que a gente consiga juntos aqui, quando a gente vê que escolas carecem de recursos, escolas carecem de professores, a gente vem aqui, daí sim, com dados, com informações para cobrar, de maneira assertiva, da secretária de Educação uma política pública para resolver esses problemas. Enquanto isso, nós estamos só fazendo demagogia e utilizando as nossas crianças para uma politicagem barata. Eu quero ver resultado na ponta, eu quero ver crianças tendo resultado nos próximos 10, 20 anos na educação do nosso Município. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Mais uma vez, venho aqui encaminhar em nome do PT – Aldacir Oliboni, Leonel Radde e Laura Sito. Uma coisa que eu tenho achado muito engraçada aqui na tribuna da Câmara de Porto Alegre, cidadãs e cidadãos, é que, nesta tribuna aqui, vendem de tudo, muitas vezes, gato por lebre, e o povo vai engolindo, o povo vai engolindo. Sabem por quê? Porque o povo, às vezes, não tem tempo para acompanhar a TVCâmara, o povo está trabalhando. Eu acho engraçado que nós estejamos gastando mais de R\$ 250 mil hoje – o custo da Câmara é de mais de R\$ 250 mil diariamente – para votar esse tipo de projeto, igual ao outro, do hino, que a gente votou agora. É um troço assim que, sinceramente, é um desrespeito ao cidadão que pega ônibus lotado, é um desrespeito à Dona Maria, que mora na Lomba do Pinheiro, que está sem água. Agora o Nonoai também está sem água direto. É um desrespeito ao cidadão que vai no posto de saúde, vai lá no Postão da Cruzeiro; essa preocupação eles não têm com o Postão da Cruzeiro, lá está sem funcionários, demora seis, oito horas para ser atendido. Essa preocupação ninguém tem. A preocupação com as famílias que estão passando fome, não tem preocupação nenhuma. Hoje está na matéria do jornal as crianças dividindo lixo, lixo na Ilha do Pavão, dividindo lixo com os animais. Lixo, crianças comem lixo em Porto Alegre! E a preocupação é com perseguir servidores, essa é a realidade, isso está no fundo deste projeto, é perseguir servidor, o servidor público, achando que o servidor é culpado.

Hoje fizeram um ato lá no CRAS Santa Rosa. Eu acho incrível, fizeram um ato na frente do CRAS, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, fizeram um ato. A sociedade porto-alegrense protestando que não era atendida pelo CRAS, mas o CRAS não tem mais cesta básica para entregar, o CRAS não tem mais vale-transporte para ajudar as pessoas, porque o prefeito não aumenta a rubrica da assistência social, mas o culpado, o perseguido foram os servidores da assistência social. Então é transformar a coisa pública em qualquer coisa menos pública, é sequestrar as instituições para os seus interesses. Não é debater a raiz do problema; Ver.<sup>a</sup> Fran, a raiz do problema da educação é investimento. Não é isso, aquilo, aquilo lá, assiduidade. Olha, eu tenho para dizer para vocês, podem procurar, procurem nos registros oficiais da Prefeitura de Porto

Alegre: sabem o que acontece com o servidor que não é assíduo? Não tem progressão funcional, não tem progressão, a vida dele fica trancada, se não tiver assiduidade. Qual é o servidor que vai faltar ao serviço? Não falta, não falta! Então isso aqui é gato por lebre, não acrescenta nada, é perda de tempo, mais desperdício de dinheiro público, projeto inócuo que não vai nem ser operacionalizado pela Secretaria de Educação, se for aprovado, se o prefeito sancionar. Eu vou procurar o prefeito, Ver.<sup>a</sup> Mari, se for aprovado aqui, para não sancionar. Eu serei incansável na frente das escolas denunciando a falta de professores, porque não tem concurso público e porque não tem gestão na SMED. Eu farei isso até o último dia do meu mandato, incansavelmente, todos os dias de todas as semanas. Até agora...

(Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** Eu o avisei, há dois minutos, para o senhor concluir. Quando o senhor discutiu, também avisei, o senhor ultrapassou dois minutos. O seu tempo está encerrado.

A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, quero falar que é louvável a preocupação que traz esse projeto referente à transparência, eu acho que isso é necessário, porque a gente precisa, definitivamente, ter no horizonte aquilo que vem sendo feito, executado, lembrando sempre que a rede municipal tem professores de grande qualidade. Ela apresenta esses professores sempre de uma forma muito, mas muito assertiva, Ver. Jonas Reis. Se nós não temos a possibilidade de apresentar algo com mais qualidade, pode ter certeza de que não é por conta desses professores, pode ter certeza que não é por conta desses profissionais, porém acho que nós deveríamos fazer uma avaliação por um outro âmbito, de outra forma, deste projeto. Se é necessário ter mais transparência, então que façamos uma audiência pública. Vamos direto à secretaria de Educação, vamos direto à SMED, vamos solicitar isso diretamente da SMED. Não tensionando, expondo aqueles e aquelas que se dedicam ao ensino, ao ensino de grande qualidade, mais uma vez eu ressalto. Acho que é importante que a gente coloque essa responsabilidade diretamente para quem ela deve ser cobrada. Cobrar da SMED, fazer um pedido de informações – por que não? Fazer uma audiência pública. Porque esse mecanismo que vem sendo colocado para fazer uma avaliação da transparência já existe, porque, me digam, é impossível que nós tenhamos uma Secretaria da Educação, num município referência, como Porto Alegre, na capital do Estado do Rio Grande do Sul, e não se tenha isso. Também concordo que este projeto não pode ser pensado como algo ideológico, a gente precisa realmente ter essa forma mais objetiva de pensar e construir para a sociedade, considerando que trabalhamos, todos nós, para a cidade, para

o desenvolvimento, para a educação, para o acesso. Logo, é importante fazer essa avaliação daquilo que está e daquilo que não está sendo efetivo, e esta mesma internet, onde esses dados vão ser expostos para que sejam avaliados, é a internet que foi negada para os alunos das escolas nesse período de pandemia. Vejam a pequena contradição que há somente nesse trecho, somente nesse Ver. Oliboni. É muito oportuno trabalhar nessa perspectiva aqui, porque, sim, é constitucional se garanta o direito à educação. O senhor bem sabe, como professor, isso é uma garantia para todos, só que a gente não pode tornar isso parte de um palanque eleitoral, eu concordo, não se pode, a gente tem que falar de acesso, de garantia de direito, a gente tem que falar de permanência e de qualidade, a gente tem que falar é de como as escolas estão neste momento, dos inúmeros relatos e avaliações que recebemos das escolas, que quando chove, Ver. Claudio Janta, chove dentro; da insegurança, da evasão escolar, da perseguição aos profissionais, da perseguição aos professores, é disso que a gente tem que falar. Fora isso, acho que talvez um pedido de informações ou uma audiência pública sejam muito mais efetivos do que a gente ficar aqui colocando nessa tangente de se é ou não ideológico, se é ou não efetivo, de forma muito inócua, algo que definitivamente nem cabe para esse tipo de debate. Me deixa muito, mas muito atenta essa relação direta de como nós construímos essas pontes para o futuro, a educação certamente é uma delas, mas definitivamente, Ver. Claudio Janta, e aqui conluo, acho que não é essa a maneira mais correta. Me somo à iniciativa de uma audiência pública, me somo à iniciativa e tensionar a Secretaria de Educação, que até então não tem apresentado absolutamente nada, bem pelo contrário, tem sido hostil com os vereadores, ou melhor, com parte dos vereadores desta Casa, quando sequer responde algumas informações que solicitamos. Então me somo a esses que têm o interesse nessa transparência dessa forma, porque a educação é de interesse de todos os vereadores, não tenho dúvida alguma, para aqueles que pensam no futuro, para aqueles que propõem essas iniciativas transformadoras, mas precisa ser feito desta forma.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Ver. Janta, obrigado pela oportunidade. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, num projeto de transparência nas escolas públicas de Porto Alegre, em que a qualidade não é boa, eu pergunto aos senhores e às senhoras, desses itens aqui, qual é o que se enquadra nesse “não” do Jonas: nome da escola; valor dos repasses realizados pela SMED; número de alunos atendidos pela escola, discriminado o número de alunos da educação especial, se houver; número total de servidores lotados na escola, discriminados por cargos; número de servidores que estejam licenciados e relação da assiduidade dos professores? Ver. Jonas, transparência, o seu partido fala muito em transparência – todos os partidos falam “transparência” –, mas praticar transparência, existe uma diferença muito grande,

e o senhor disse aqui, nesta tribuna, não sou eu que estou inventando, que o senhor passou quatro anos no sindicato, por quatro anos o senhor esteve fora da escola, isso vai aparecer, ou o senhor quer dizer o quê? Que senhor estava na escola? Vai aparecer: o Jonas esteve por quatro anos cedido ao sindicato. E como gritava na rua, estava lá, no alto-falante. Isso vai aparecer tudo. Não tem direito, esses quatro anos, de aposentadoria, na educação. O senhor não estava lá, não pode ter quatro anos contando no seu serviço. Então faça um favor para o senhor mesmo, diga: “Olha, passei quatro anos no sindicato, não tenho direito à aposentadoria nesses quatro anos”. Sindicato não tem aposentadoria, só se for na educação. Então, nesse aspecto, Jonas, seria bom que pensasse um pouco, só ser contra, é fácil. Por exemplo, numa escola do teu bairro ou do meu bairro, as famílias estão ajudando muito, Jonas, as famílias estão ajudando muito e estão cobrando da escola o que está sendo feito no esporte, o que está sendo feito na cultura – lá tem aquelas demandas. Agora vai aparecer, Jonas, essa é a dificuldade que tu não estás entendendo. Aí aparece, aí eu vou saber na escola que eu quero quanto que estão gastando no item “x”. É muito fácil o amigo vir aqui, gritar “povo de Porto Alegre” ou “minha terra e tal”. Não, não é assim; queremos transparência, Jonas, e eu sei que tu és pela transparência, agora, tu não podes ser teimoso, e isso não é teimosia, é radicalismo. Estão aqui esses itens, estão claros, nós queremos saber o que acontece, a cidade quer saber por que a qualidade do ensino não está boa em Porto Alegre. Seria muito fácil eu chegar aqui e dizer que é por causa dos professores. Não, temos bons professores, mas alguma coisa está faltando, e essa transparência não é só para Câmara, é para o cidadão lá na ponta; muitas famílias ajudam as escolas e às vezes não sabem que o professor está precisando de mais verbas do próprio Município, por que não? Então, Ver.<sup>a</sup> Nádia, a maioria vai votar a favor, porque isso da qualidade à educação. Qualidade são retrospectos, são índices, naturalmente é aquilo que o cidadão quer ver lá na ponta, e muitas vezes ele não enxerga porque não tem a transparência. Então, nesse aspecto, o amigo tem condições de fiscalizar a escola que quiser; agora, vai aparecer se tu vais lá ou não vais, antes não aparecia, tu estavas no sindicato, por quatro anos gritando, e não ia à escola, não era o professor, agora, no momento em que tu voltares para a escola: “O Jonas está indo bem aqui, agora sim, o Jonas está bem, é um bom professor, está vindo na escola, antes ele não vinha, ele estava no sindicato”. É isso que vai aparecer. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 286/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, subo a esta tribuna para lembrar que o Partido Socialismo e Liberdade sempre votou a favor de projetos que caminham no sentido da transparência. Nos chama atenção a

natureza, que foi muito bem exposta pela autora aqui nesta tribuna, de colocar elementos estatísticos, e o IDEB já foi muito utilizado, aqui nesta tribuna, por secretários do Executivo, por governos, para desqualificar ação dos professores na ponta, e me preocupa a construção dessa proposição no sentido que não trata das ausências, não trata das faltas. A fala do Ver. Cassiá Carpes aqui também criminaliza a luta sindical. Se hoje a gente tem algum tipo de melhoria da educação pública, é porque teve engajamento, construção e proposição das categorias dos pais e dos estudantes, da comunidade escolar, e a escola tem, na sua lei, a proposição de ter a gestão democrática, e é isso que vem sendo desmontado desde a gestão do Marchezan, Ver. Moisés, que retirou o tempo de planejamento e atacou os projetos escolares. É uma categoria que está passando por um processo intenso de desvalorização. Eu sou professora da rede estadual, enfrentei isso com o Sartori, minha categoria está enfrentando isso agora com o governo Eduardo Leite, e essas ausências não são tratadas no marco político e, como consequência direta, há a desvalorização, a falta de índices, a falta de aproveitamento. A forma com que esses dados estarão expostos e a narrativa que vem se construindo em torno disso é para criminalizar ainda mais aqueles e aquelas que estão lá no dia a dia, garantindo a educação pública do nosso povo batalhador. A natureza do projeto é essa, é isso que foi defendido aqui pela autora, é isso que foi ressaltado pelo Ver. Cassiá Carpes, e é óbvio que a gente não vai votar a favor desse projeto. Não avança no sentido das prioridades da escola pública, e isso é um debate de orçamento; eu quero ver todo mundo que está preocupado com educação pública fazer uma discussão de orçamento aqui no debate da LOA – Lei Orçamentária Anual. No orçamento ficam explícitos os raios-x da cidade para o ano que vem, ali tem que estar explícita a valorização, a necessidade de mais concurso, a necessidade de garantir a permanência do contrato das meninas da limpeza, da higienização, da cozinha, e não é isso que acontece na prática, a gente vê desvalorização das categorias, perseguição àqueles e àquelas que apostam na luta coletiva e um método de construção muito desrespeitoso. Tem gestão democrática, tem comunidades, categorias organizadas no Simpa e na ATEMPA. Essa história de vereador substituir o protagonismo de categorias de comunidade de movimentos sociais, isso tem que acabar. As ideias não podem surgir da nossa cabeça, as ideias têm que surgir daqueles que estão enfrentando as contradições práticas no seu local de trabalho, de estudo e de moradia, senão, além de substituir um protagonismo que não é legítimo nosso, nós trazemos essas soluções que não encaram a natureza do problema da desvalorização da escola pública, sobretudo da educação municipal. É um processo de desmonte que nós estamos enfrentando aqui dentro desta Casa. Simplesmente trazer mais transparência, entre grandes aspas, dentro de um contexto de criminalização da luta sindical, dentro de um contexto de projeto que colocou a figura do capelão voluntário para fazer acolhimento espiritual das nossas crianças – esta Câmara aprovou isso –, dentro de um contexto que quer militarizar cada vez mais a educação, retirando a filosofia, retirando as áreas de humanas, como se fosse obedecer e servir ao mercado de trabalho, sem desenvolver capacidade crítica dentro das nossas comunidades, esse projeto não nos contempla e são esses os projetos que estão vindo desse setor que não trabalha com a educação pública, que não atua em comunidades permanentemente,



cotidianamente, não estou falando em época eleitoral, e por todas essas razões, apesar de defendermos, sim, a transparência, não tem como a gente se submeter a mais esse projeto que não vai trazer benefício nenhum, nem para luta sindical que é fundamental, Ver. Cassiá Carpes, nem para o cotidiano difícil da escola pública municipal.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/21, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, venho a esta tribuna, em nome da oposição, encaminhar esta matéria. O vereador que antecedeu a Ver.<sup>a</sup> Karen Santos – não nominarei, porque não me apetece e também porque a mim não interessa nominar, pois a sua inexpressividade em várias políticas é o que denota o seu trabalho na Casa – adora vir aqui falar do meu nome: “Jonas isso, Jonas aquilo, Jonas aquilo lá, Jonas aqui, Jonas lá”; ele deve sonhar com o trabalho do Ver. Jonas Reis, nas ações das políticas públicas da capital. Deve conhecer a minha história, deve saber de onde eu vim, deve saber que eu sou filho de pai analfabeto, deve saber que eu conquistei um doutorado graças às políticas públicas em educação deste País, desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores. Deve saber que eu tenho mais de nove livros publicados, mais de 70 artigos científicos na área da Educação, deve saber tudo isso, deve saber que eu estou comprometido com o povo de Porto Alegre em várias políticas públicas, deve saber, ou se faz de desentendido para passar bem.

Quero dizer que eu não sou contra a transparência, eu sou contra os engodos, as enrolações e é por isso que subo a esta tribuna em nome do povo que me elegeu com 5.133 votos, e são a esses votos que eu devo respeito e são esses votos que eu busco honrar, junto com a minha bancada do PT, as trabalhadoras e os trabalhadores. O vereador veio aqui, falou, falou, falou, mas eu queria lembrar ao senhor que várias escolas no ano passado fizeram vaquinha, juntaram o dinheiro dos professores, dos parentes para dar cestas básicas, quando o poder público ainda não havia acordado, no ano passado, para pandemia. Deram cestas básicas para os alunos mais necessitados em todas as periferias, escolas estaduais e municipais, eu acompanhei mais as municipais: a Escola Monte Cristo conseguiu R\$ 8 mil; a Gilberto Jorge R\$ 8 mil; a Escola Anísio Teixeira, que eu estudei e fui professor, conseguiu duas vezes dar cesta básica para os alunos. Esse é o trabalho, eles tiraram do bolso, o professor que há cinco anos está com salário defasado do governo que o senhor fez parte, o governo que o senhor fez parte deve 30% de reajuste no salário, isso o senhor não fala aqui, porque o senhor não quer mudança real, o senhor faz o discurso parlapatão aqui. É garganta; garganta o senhor tem bastante e a gasta, só que, infelizmente, eu tenho que vir aqui e me ater alguns minutos a lhe responder, porque o senhor falta com a verdade. Quando disse que eu estava no caminhão, estava mesmo, mas estava na escola também. O senhor usa as informações que quer para fazer a sua pantomima, essa é a realidade. O senhor gosta de fazer o seu teatro, a sua gesticulação. Qual é o seu projeto para o saneamento? Nenhum.

Qual é o seu projeto para a saúde? Nenhum. Qual é o seu projeto para educação? Nenhum. O seu projeto é falar, falar, falar, está aqui nesta tribuna há muitas décadas e só fala. Qual é a grande obra do Cassiá? Concorreu alguma vez a prefeito? Nunca conseguiu, porque não tem projeto para cidade. Nunca o povo desejou que concorresse a prefeito, porque não constrói nada para a cidade, só vem aqui querer atacar os colegas. Não se faz política assim! Eu estou falando do projeto, em nenhum momento ataquei a Ver.<sup>a</sup> Mari, falei do projeto e é contra o projeto que a bancada do PT votará, porque o projeto não revela, de fato, o que está acontecendo na educação da cidade, porque temos uma secretária ausente das escolas. Foi viajar para Fortaleza, para Brasília, agora, não botou os pés na Ponta Grossa, não conhece Ponta Grossa, não botou os pés no Chapéu do Sol, não conhece; não botou os pés no Sarandi, na Vila Elizabeth, tem que botar. Isso que o senhor deveria cobrar aqui, essa transparência do seu governo, e isso o senhor não conta, o senhor não fala. Fale mais já que o senhor gosta de falar bastante, mas fale a verdade, venha para cá falar a verdade sobre a educação e não só falar, falar e falar. Nós quatro do PT votaremos contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 286/21.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidindo os nossos trabalhos, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia; falo em nome da bancada do PSDB, os colegas Ramiro Rosário, Gilson Padeiro e Kaká. Olhem só, antes de mais nada, é importante a gente resgatar aqui que já vem sendo feito um trabalho muito importante, nos últimos anos, dentro das escolas para aumentar a transparência. A gente sabe que, nos últimos anos, esta Câmara aprovou, inclusive, a iniciativa de que as escolas façam apresentações para os pais dos resultados da proficiência dos seus filhos, e isso vem numa evolução da educação da capital do Rio Grande do Sul.

A iniciativa da vereadora é espetacular, porque são índices que vão passar a ser publicizados, e divido aqui com quem nos acompanha, como o nome da escola – quem é contra dar transparência para o nome da escola? –, verba que a escola recebeu, número de alunos – qual o problema de dizer o número de alunos, de publicar e de dar transparência? –, quantos alunos especiais, porque isso influencia, inclusive, na verba. A Ver.<sup>a</sup> Mari fez um trabalho de discutir isso dentro da Secretaria de Educação, ouvindo o pessoal da área da Educação, por óbvio a nossa bancada vê com maravilhosos olhos a iniciativa. Os servidores daquela escola, em qual situação, perante o trabalho, eles se encontram, se tem alguém de licença, se não tem ninguém de licença, qual é a programação. Como ser contra a uma iniciativa de transparência dessas, impossível, Ver. Gilson, Ver. Ramiro, por parte da nossa bancada, impossível. Então, por óbvio, vamos votar a favor do projeto e pedimos aos nobres colegas, vereadoras e vereadores, que apoiem a iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, que é uma iniciativa que contribuiu, e muito, para a educação e para a transferência da capital.

Agora eu quero fazer um comentário aqui do que eu ouvi do Ver. Jonas. Ver. Jonas, eu fiz 4.703 votos, os meus colegas fizeram mais de 3 mil, mais de 4 mil, mais de 5 mil votos, mas nós respeitamos os votos de 1,5 milhão de porto-alegrenses, não só os votos que a gente recebeu. O senhor vem aqui dizer que o senhor só respeita os seus eleitores? Sinto muito, o senhor é vereador da capital inteira. Preste atenção nisso, o senhor é vereador da capital inteira não respeite apenas aqueles que votaram em Vossa Excelência.

Eu não tenho procuração nenhuma, nem falei com o Ver. Cassiá, mas sobre dizer aqui, fazer piada: “Ah, o Ver. Cassiá vive falando em mim”, e fazer a insinuação de que “deve sonhar com meu mandato”, o senhor deve sonhar com o trabalho do prefeito Marchezan, porque o senhor sobe aqui e, de dez palavras, nove são sobre o ex-prefeito Marchezan. O senhor deve sonhar com o trabalho maravilhosamente bem feito, se nós vamos seguir o mesmo critério. Então essas brincadeiras... Eu já me retratei, inclusive, de brincadeiras aqui nesta Casa, e acho que o senhor tem que manejar quando brinca com os colegas que merecem o seu respeito. Obrigado, presente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Ver. Cassiá Carpes, questão de ordem?

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Uma questão de ordem em relação ao que o Ver. Jonas falou. Eu não vou me nivelar ao nível do vereador, quero dizer que eu tenho seis mandatos, quando ele tiver seis, ele passa lá em casa para conversarmos. Tenho dois de deputado, quatro de vereador; fui secretário de obras da capital, momento em que fizemos a 3ª Perimetral, junto com o amigo Cassio, que era o meu adjunto. Portanto, eu tenho muito serviço e não estaria aqui respondendo dessa forma. Eu acho que o Ver. Jonas tem que cuidar da vida dele, ele grita muito, mas faz pouca coisa. Ele está começando, mas eu gostaria que tivesse mais respeito a quem já está e tem uma história para contar nesta Casa e na Assembleia Legislativa.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLL nº 286/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 22 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** **APROVADO** o PLL nº 286/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sra. Presidente há matérias a serem apreoadas ao plenário.

Apregoo as Emendas nºs 07 e 08, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, ao PLL nº 069/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 011/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCL nº 009/15.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 009/15 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0248/15 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 009/15**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui art. 40-A na Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014 – que institui o Código Municipal de Limpeza Urbana, revoga as Leis Complementares nºs 234, de 10 de outubro de 1990, 274, de 25 de março de 1992, 376, de 3 de junho de 1996, 377, de 3 de junho de 1996, 591, de 23 de abril de 2008, e 602, de 24 de novembro de 2008, e dá outras providências –, alterada pela Lei Complementar nº 753, de 30 de dezembro de 2014, determinando que, em vias públicas de grande circulação, a coleta e o transporte de resíduos sólidos ou pastosos ocorram das 20h (vinte horas) às 7h (sete horas). **(SEI 118.00030/2021-22)**

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Waldir Canal: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

### **Parecer Conjunto:**

- da **CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Bernardino Vendruscolo: pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Mendes Ribeiro (líder da Bancada do MDB à época);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por três Sessões em 10-07-19;

- adiada a discussão por duas Sessões em 17-11-21;
- incluído na Ordem do Dia em 22-02-21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em discussão o PLCL nº 009/15. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas; este projeto do Ver. Claudio Janta é um projeto que já tramita na casa há bastante tempo, inclusive vejo que o relator na CCJ foi o ex-vereador Waldir Canal, se eu não me engano também houve aqui um parecer do nosso falecido e saudoso Bernardino Vendruscolo. Inclusive eu estive aqui na legislatura passada, ainda estava na Secretaria de Serviços Urbanos, para debater a respeito desse projeto pelo impacto financeiro gigantesco que ele causa na nossa cidade. A ideia obviamente é muito boa; a ideia de que nós tenhamos os veículos que fazem a coleta de lixo –, os caminhões que atuam, seja na coleta automatizada daqueles bairros que são contemplados por contêineres como também na coleta manual, a domiciliar, que é aquela tradicional, com caminhão nas vias e os garis recolhendo os resíduos que estão à disposição na rua –, pela proposta do Ver. Claudio Janta, essa coleta aconteceria não em horário que viesse, de alguma forma, a prejudicar o trânsito da cidade, o fluxo de veículos. Mas a gente tem que colocar os pés no chão e pensar de uma forma muito razoável e muito pragmática também. Se nós tivéssemos uma limitação de horário, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, para atuação da coleta de lixo, por óbvio, isso aumentaria os custos com os contratos terceirizados da Prefeitura, afinal de contas haveria, por exemplo, a necessidade de nós termos um número a mais, um número maior de caminhões para fazer a coleta nos mais de 90 bairros da cidade, porque, afinal de contas, o horário da coleta estaria limitado, estaria diminuído num tempo menor. Então é matemática. É uma questão de matemática. Não haveria como nós mantermos o número atual de caminhões, o número atual de valores dos contratos e diminuir o tempo da coleta diária na cidade.

Então faço aqui este momento de discussão com o Ver. Claudio Janta, que tem, obviamente, o meu respeito, somos colegas na CCJ, temos oportunidade de debater temas da cidade, mas vejo aqui que este projeto é equivocado a partir do momento que causa um aumento muito grande no custo operacional do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, e até mesmo um constrangimento à própria Prefeitura, ao prefeito, que obviamente teria que vetar isso, porque não há condições de nós termos esse aumento de custos nesse tipo de contrato que já está entre os mais caros da cidade. Eu vejo que nós temos outras alternativas administrativas que devem ser encaminhadas ao Executivo, inclusive para possibilitar melhorias no fluxo de trânsito de veículos na cidade, ampliar a tecnologia e o combate às irregularidades nesse tipo de serviço para que a gente possa fazer.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu até havia me inscrito para discutir a matéria, mas estou

retirando. Quero apenas dizer que, além dos argumentos que V. Exa. traz, nós temos também uma questão importante do cidadão e da cidadã de Porto Alegre. Eu tenho recebido, com razoável frequência, algumas pessoas que me perguntam do por que fazer coleta de lixo, às 5h, às 6h30min, às 7h, pois vai gerar uma barulheira no entorno da residência e não ficará bom para o cidadão de Porto Alegre, além dos problemas de custo que temos aí. Portanto, amigo Janta, vamos votar contrários ao projeto de V. Exa. Obrigado pelo aparte.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Perfeito, Ver. Aírto Ferronato, e a sua colocação é muito pertinente a partir do momento que nós temos aqui um efeito colateral em qualquer tipo de serviço desses na cidade. Se o serviço for realizado na madrugada, haverá reclamações com relação ao barulho, se o serviço é realizado no horário de *rush*, onde tem maior fluxo de veículos, ele causa impacto no trânsito. Esse é o viver em cidade. Nós temos benefícios, nós temos questões que acabam eventualmente atrapalhando o dia a dia da cidade, mas é um serviço fundamental, essencial para Porto Alegre e que, de forma alguma, pode ter seu custo mais do que dobrado se eventualmente for restringido o horário de atendimento da coleta.

Portanto, assim como o Ver. Ferronato, votarei contra este projeto do Ver. Claudio Janta. Estou à disposição do Ver. Claudio Janta, do seu gabinete inclusive, para que a gente possa encontrar sugestões e alternativas ao Executivo que visem, de alguma forma, melhorar o sistema de coleta na cidade, minimizando estes danos, não os eliminando, porque faz parte do cotidiano de uma grande cidade, de uma grande metrópole do mundo, com é o caso de Porto Alegre. Obrigado, Comandante.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 009/15.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Peço, primeiro, desculpas aos colegas por não estar no plenário, é que eu tenho um compromisso familiar. Eu queria dizer ao Ver. Ramiro e ao Ver. Ferronato que o projeto está tramitando há bastante tempo, como o próprio Ramiro fez um bom relato. Os dois relatores, tanto na CCJ como na CEFOR, foram o Ver. Waldir Canal, que não é mais membro desta Casa, mora em São Paulo, e o Bernardino Vendruscolo que veio a óbito, já faleceu. O projeto demorou tanto para vir para plenário que nós ficamos adequando-o. Ele fala somente na coleta mecânica, ele fala somente nas avenidas de grande circulação e, principalmente, nós apresentamos uma emenda que foi apregoada agora, com o acordo do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, ele é previsto para os próximos contratos. A empresa que entrar na licitação vai saber, mediante o estudo que o DMLU vai apresentar das avenidas que essa coleta mecânica causa impacto, porque é um caminhão parado em avenidas, principalmente nas avenidas do entorno do Centro, o que causa um transtorno

muito grande para as pessoas. Inclusive, Ver. Ferronato, esse horário de 7h30min, 8h da manhã, causa um transtorno muito grande para as pessoas; nesses horários, as pessoas que têm os seus compromissos, muitas vezes até de saúde, ficam presas porque, muitas vezes, em avenidas estreitas da nossa cidade, avenidas em que as pessoas estacionam, os caminhões têm dificuldade de entrar, os caminhões têm que fazer toda uma retirada mecânica, mas tem que fazer uma retirada desses contêineres e depois recolocar. Isso gera um transtorno numa cidade que precisa rever não somente o plano diretor, mas o seu plano diretor viário, é uma necessidade.

Este projeto vem tramitando há bastante tempo, porque nós viemos discutindo, fazendo adequações no projeto, e chegamos ao dia de hoje numa emenda que prevê para os próximos contratos. Ele não vai atingir os contratos atuais, vai atingir os próximos contratos, se não se faz previsão para os contratos futuros, nós estaríamos com vários serviços prestados, no município de Porto Alegre, de forma arcaica, ainda.

Sobre a questão de incomodar ou não os moradores, o Ver. Ferronato mora perto de mim e do Ver. Mauro Pinheiro, e nós fomos presenteados: a coleta de lixo ali onde nós moramos, Jardim Itu, Planalto, aquela região toda, ocorre de madrugada, entre 1h30min e 3h da manhã. Até hoje, das equipes que fazem essa coleta, a gente ouve só o barulho do caminhão, não ouve mais aquela função que os garis geralmente fazem. Do contrário, hoje em dia tem um setor, um segmento que não tem regras, até aceito sugestão do Ver. Ramiro e demais membros desta Casa, para sentarmos juntos e construirmos algum projeto a respeito dos contêineres, esses de entulho. Esses contêineres chegam na frente das residências às 3h da manhã, chegam às 4h da manhã, não sei se é mais barata a entrega nesse horário. São retirados 5h, 6h da manhã. Nós temos a questão de carga e descarga nos bairros residenciais, tanto de madeiras quanto de minimercados, então nós temos uma série de coisas que atrapalham um pouco a população de Porto Alegre. Mas eu volto a insistir, nós estamos falando sobre a questão do trânsito das grandes avenidas, principalmente as avenidas que direcionam para o centro da cidade.

Para concluir, nós construímos essa emenda junto com Departamento Municipal de Limpeza Urbana, prevendo essa possibilidade, após estudo do DMLU, nas regiões que é necessário esse horário. Então, nós pedimos aos vereadores, inclusive ao Ramiro e ao Ferronato, para reverem suas posições, e que seja aprovado este projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisto pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLCL nº 009/15.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Sra. Presidente, na verdade, eu gostaria de discutir porque esta é uma pauta da Frente Parlamentar da Logística Reversa, e a gente vem trabalhando e discutindo muito sobre essas questões. Como disse o próprio vereador, autor do projeto, é um projeto antigo, que vem tramitando há

muito tempo na Câmara, inclusive o relator era o Ver. Waldir Canal, que não faz mais parte do quadro; a COSMAM, CEFOR, CUTHAB, cuja relatoria era do Ver. Bernardino, que já é falecido, então isso mostra o quanto este projeto é antigo. Muitas coisas aconteceram ao longo desse tempo, e eu acho que nós estamos hoje no melhor momento, estamos buscando uma construção junto com Executivo para que possamos realmente ter uma coleta seletiva de qualidade. Nós temos aí o problema dos clandestinos que estiverem inclusive agora, na semana, na frente da Prefeitura fazendo manifestações devido a multas e outras coisas que eles tiveram. E a gente vem discutindo, através da frente parlamentar, das reuniões com a Prefeitura; nós tivemos uma reunião com o prefeito, com todos os secretários, com o DMLU, com a Secretaria de Meio Ambiente; foi criada uma força-tarefa onde a gente está construindo junto com a Cootravipa, junto com o DMLU, junto a SMAMUS, uma solução mais definitiva. Nós estamos com um piloto no Centro onde a coleta é feita uma hora antes do horário determinado, até para que a gente possa recolher antes que o clandestino recolha. A Cootravipa está fazendo um trabalho de criação de um aplicativo onde está cadastrando grandes geradores, condomínios, fabricantes, indústrias, para que a gente possa fazer essa destinação de forma correta. Como bem disse o Ver. Ramiro, essa coleta entre 20h e 7h da manhã é muito onerosa para o Município. A gente sempre fala, e me admira muito, porque o Ver. Janta é um dos vereadores que fala sempre isso, que a gente não pode onerar o Município, e esse projeto onera, sim, e onera muito o Município. A gente está buscando alternativas, e eu quero convidar o Ver. Janta para que ele faça parte da Frente Parlamentar e dê suas sugestões, mas esse não é o melhor caminho, e nós encaminharemos contrariamente ao projeto do Ver. Janta. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Não há mais inscritos para discutir a matéria. Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth e pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 009/15. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 05 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): REJEITADA** a Emenda nº 01 ao PLCL nº 009/15.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 009/15. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 25 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.



**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): APROVADA** a Emenda nº 02 ao PLCL nº 009/15.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLCL nº 009/15.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 17 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**. É matéria de maioria absoluta.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): REJEITADO** o PLCL nº 009/15.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

(O Ver. Márcio Bins reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Onze Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal. Não há quórum.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradeço a presença do Sr. Alexandre Homero, venerável mestre da Loja Simbólica Themis nº 157 – seja bem-vindo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h37min.)

\* \* \* \* \*